

JEF

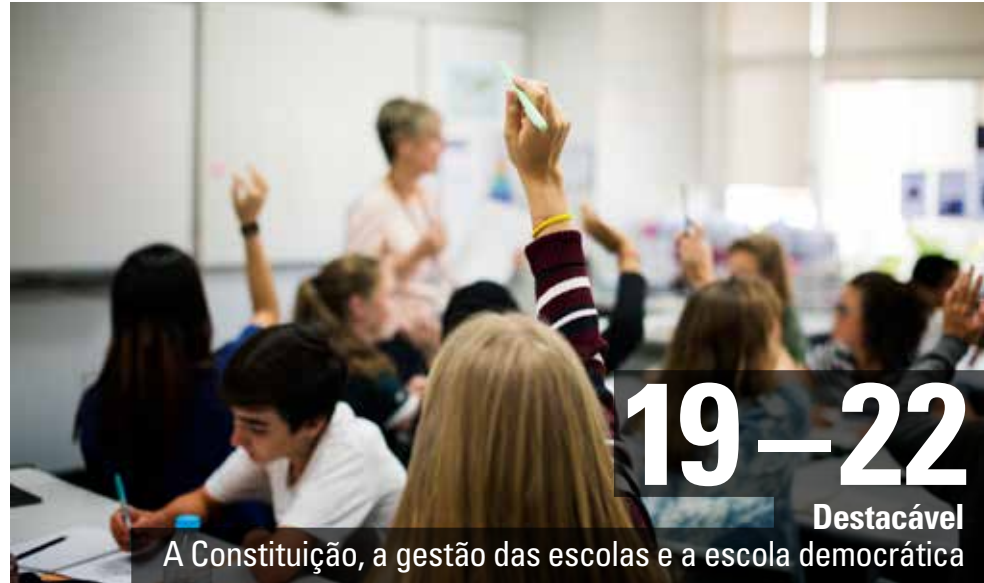
Jornal da FENPROF | Diretor: Mário Nogueira
Mensal | n.º 315 | maio 2024 | 0,50 Euros



DESTACÁVEL

A Constituição, a gestão das
escolas e a escola democrática

Recuperar tempo de serviço
Combater a desvalorização da carreira docente
Evitar a perda de atratividade da profissão



Devolução do tempo de serviço aos professores

A luta dos professores nunca é em vão. Desta vez, permitiu abrir um processo negocial para recuperação do tempo de serviço cumprido nos períodos de congelamento. Contudo, não é aceitável o governo “dar com uma mão, mas retirar com a outra”. A recuperação deverá dar-se em 3 anos, direitos legalmente consagrados não poderão ser agora apagados, o regime de vagas deverá ser suspenso durante a recuperação e quem já não conseguir recuperar o tempo perdido deverá poder usar esse tempo para valorizar a pensão de aposentação. Sem isso, a recuperação fica aquém do que se exige e é justo. •



Ataques racistas e discursos de ódio

Em Portugal, os discursos de ódio ganharam nova dimensão pela boca da extrema-direita, a ele não sendo alheios atos criminosos cometidos contra imigrantes, os mais recentes dos quais no Porto. Correspondendo ao apelo da UNESCO, os professores deverão estar na primeira linha do combate ao discurso de ódio. A utilização das dificuldades por que passam muitas pessoas para afirmar que a Democracia é uma noite mais profunda do que o fascismo, como fez a extrema-direita, é apenas ponta de um iceberg de intolerância e ódio que deverá ser derretido. •

editorial



MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

Tempo de estar vigilante

A Legislatura que se iniciou traz novos desafios aos professores e, em geral, à sociedade. Importante, porque resultado da luta, teve início o processo de devolução do tempo de serviço cumprido pelos professores. É um processo importante, que exige vontade política para evitar novas injustiças, faltando saber se o governo pretende manter a posição com que se apresentou na negociação, de dar com uma mão para retirar com a outra, ou está mesmo disposto a negociar uma solução justa. A FENPROF tudo fará para defender os legítimos direitos e anseios dos docentes neste processo e os professores serão chamados a dar o seu contributo.

Olhando para o programa do governo, no que vai além daquela devolução, há motivos para que os professores se sintam preocupados. Nele consta a intenção de rever a avaliação de desempenho, não no sentido de eliminar as quotas, mas de introduzir critérios de alegada eficácia, onde não deixarão de constar os resultados escolares dos alunos; no que concerne aos concursos, é clara a intenção de desvalorizar a graduação profissional, relevando critérios como a avaliação, a residência ou o alegado mérito reconhecido pelas direções; quanto à carreira, a introdução de critérios de meritocracia está na agenda, sendo essa uma velha aspiração da direita.

Aquele programa não se resume às questões dos docentes e, num âmbito mais lato, há intenção de provocar fortes mudanças na Educação, inclusivamente apontando para a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo. O fim da prevalência do público sobre o privado, a

profissionalização da gestão das escolas, com a criação de um estatuto e carreira de diretor, ou o aprofundamento do processo de municipalização são apenas alguns dos pontos daquele programa. E, claro, a introdução de exames, desde cedo, no percurso escolar dos alunos corresponde a uma perspetiva de elitização da educação, tendo por objetivo iniciar cedo a seleção.

Não é claro que o governo tenha condições políticas para implementar o seu programa na íntegra, mas não surpreenderá que, em matérias que provoquem rutura com a Escola Democrática, tenha a extrema-direita a seu lado.

A este propósito, é de assinalar não só por ser preocupante, mas perigoso para a Democracia, o crescimento da extrema-direita parlamentar nesta legislatura. Tal crescimento alimenta e alimenta-se com discursos de ódio e intolerância, envolvidos em embrulhos populistas, que acabam por provocar práticas criminosas de racismo e xenofobia.

No dia 25 de Abril, ouviu-se o rosto principal da extrema-direita afirmar que é mais profunda a noite no período que procedeu aquela data do que naquele que a antecedeu. Ou seja, para quem tinha dúvidas sobre a natureza desta gente, confirmou-se que ela considera mais escuro o dia que com a Democracia nasceu do que as trevas de um regime fascista que perseguiu, prendeu, torturou, assassinou, colonizou, condenou à pobreza extrema ou desvalorizou áreas como a educação, a cultura e a saúde, entre outras.

É preocupante e perigoso o tempo em que vivemos, sendo, por isso, necessário acautelar o futuro para que não vingue o seu

lado mais negro. E o futuro, como sabemos, constrói-se na escola tendo os professores como artesãos.

Nota final: é lamentável que na Casa da Democracia, a presidência da comissão de educação, ciência e cultura, áreas fundamentais na promoção da democracia e da liberdade, tenha sido entregue à extrema-direita parlamentar. •

“É preocupante e perigoso o tempo em que vivemos, sendo, por isso, necessário acautelar o futuro para que não vingue o seu lado mais negro. E o futuro, como sabemos, constrói-se na escola tendo os professores como artesãos”

04. IMPRESSÕES

Recuperação do tempo de serviço: Justa, crucial e inevitável

JOSÉ FELICIANO COSTA

06. DUAS PALAVRAS

Abril sempre; fascismo nunca mais

JACKELINE VIEIRA

06. EM FOCO

Programa do Governo para a Educação

FRANCISCO GONÇALVES

08. AÇÃO

FENPROF entregou 4 petições na Assembleia da República

MANUEL NOBRE

09. EMPREGO

Falta de professores duplica em apenas um ano

JOÃO PEREIRA

10. PROPOSTAS

Proposta de Protocolo Negocial para a Legislação

13. PROPOSTAS

Proposta global da FENPROF Devolução do tempo de serviço em falta na carreira docente

15. EMPREGO

Concurso para 2024-2025: melhor do que a encomenda

VÍTOR GODINHO

16. SETORES

Questionário aos docentes do 1.º CEB: resultados e preocupações

CÁTIA DOMINGUES e CATARINA OLIVEIRA

23. SETORES

Ensino Superior e Ciência MECI comprometeu-se com marcação de nova reunião

JOÃO CRUZ

24. ABRIL

Abril confirmou que as portas da Democracia não se fecharão!

26. 1.º DE MAIO

Afirmção dos trabalhadores como fator determinante de desenvolvimento e de progresso

29. JUVENTUDE

Para imprimir força e alegria na luta pela valorização do trabalho: Juventude tem papel decisivo

30. PLNM

Alunos estrangeiros nas escolas portuguesas: Garantir a inclusão

JPO

32. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Plataforma digital de acesso ao Centro de Documentação

33. REGIÕES AUTÓNOMAS

RA Açores: SPRA divulga caderno reivindicativo

FRANCISCO OLIVEIRA

RA Madeira: Celebrar a votar

JACKELINE VIEIRA

34. FOLHA VERDE

Educação Ambiental nas áreas protegidas e ao ar livre

JOSÉ JANELA

34. IGUALDADE

MDM lança Petição: São urgentes medidas de combate ao agravamento das condições de vida

36. INTERNACIONAL

Milhares na rua: Pelo fim do genocídio, pela paz no Médio Oriente, por uma Palestina livre e independente!

38. CULTURAIS



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Jackeline Vieira (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Guerra (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélia Vitorino (FENPROF), Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jpgo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 50.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O “JF” está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



impressões

JOSÉ FELICIANO COSTA (Secretário-Geral Adjunto da FENPROF)

Recuperação do tempo de serviço: Justa, crucial e inevitável

Depois da primeira reunião formal de apresentação do novo MECI, em maio, começa supostamente a negociação para a recuperação integral do tempo de serviço. Não sendo esta a única questão para a valorização da carreira, e a FENPROF salientou-o bem, a recuperação é, neste momento, uma questão central.

Recuperação que, por tudo o que comporta, implicará uma negociação complexa, de modo a que este processo negocial, depois de concluído, não volte a manter ou até criar novas assimetrias.

Aliás, como também salientámos, recuperar integralmente todo o tempo de serviço implica o tempo congelado, o tempo perdido entre transições de carreira e, ainda, o tempo perdido em listas de espera de acesso a escalões.

Recuando um pouco no tempo, em finais dos anos oitenta, quando é feita a reforma do sistema retributivo da Função Pública (DL n.º 184/89), os professores foram enquadrados nos, então, designados corpos especiais.

A regulamentação específica que aplica este sistema aos docentes do ensino não superior surgiu com a publicação do DL n.º 409/89, que aprovou já uma estrutura da carreira e também o respetivo estatuto remuneratório.

O primeiro ECD (DL n.º 139/90) definiu a carreira única, mas a transição para esta nova estrutura implicou, logo, perda de tempo de serviço e surgiu também o princípio do topo condicionado com a chamada prova de candidatura ao 8.º escalão da carreira.

Foi o início de uma luta que durou cerca de 10 anos, a qual permitiu a primeira revisão do ECD (DL n.º 1/98) e a concretização da recuperação faseada desse tempo de serviço perdido, com legislação específica para o efeito (DL n.º 312/99).

Em 2007, com MLR/Sócrates tem lugar uma nova revisão do ECD, mas, desta vez e ao contrário da anterior, bastante penalizadora (DL n.º 15/2007).

Esta revisão descaracterizou a profissão e a própria reestruturação dos índices salariais

e resultou, mais uma vez, na perda de tempo de serviço, que somado ao já não contado pelo congelamento da carreira que, entretanto, se iniciou, originou ultrapassagens dos docentes que já estavam integrados na carreira.

Só em 2010, já com Isabel Alçada, se conseguiu uma nova revisão do ECD (DL n.º 75/2010) que acabou com a divisão da carreira, mas condicionou o acesso aos 5.º e 7.º escalões e, mais uma vez, os docentes (que, entretanto, foram ficando em listas de espera pela aplicação deste sistema punitivo) perderam também tempo de serviço.

Em 2017, foram dados os primeiros passos para o descongelamento das carreiras, foi publicada a Portaria n.º 119/2018, com o objetivo de reposicionar os docentes que vincularam durante este período de congelamento (2011 a 2017), mas a sua aplicação provocou, novamente, ultrapassagens.

Mas os docentes não queriam só que o “relógio voltasse a andar”, queriam também recuperar o tempo trabalhado e não contado e só após muita luta se conseguiu a recuperação de 2A9M18D, recuperação que não foi concretizada para a totalidade dos docentes, uma vez que esta recuperação parcial podia ser feita de forma faseada (DL n.º 36/2019).

Entre as várias “modalidades” previstas, desta recuperação faseada, voltaram a ser criadas assimetrias para todos aqueles que utilizaram este tempo para se aproximarem dos 5.º e 7.º escalões e que acabaram por ficar bloqueados no acesso aos mesmos.

Mais recentemente, o designado “Acelerador”, que é na prática um aspirador (DL n.º 74/2023), volta a criar mais um conjunto de assimetrias, ao permitir “recuperar” apenas o tempo em lista de espera, mas excluindo quem não cumpriu os últimos 7 anos de congelamento na íntegra.

Estas são as particularidades de uma negociação pela recomposição da carreira e a sua consequente revalorização e dessa premissa a FENPROF nunca abdicará. ●

“**Entre as várias “modalidades” previstas, desta recuperação faseada, voltaram a ser criadas assimetrias para todos aqueles que utilizaram este tempo para se aproximarem dos 5.º e 7.º escalões e que acabaram por ficar bloqueado no acesso aos mesmos**”



duas palavras

JACKELINE VIEIRA (jackeline@spmadeira.com)

Abril sempre; fascismo nunca mais

São 50 anos de liberdade, conquistada ao som de uma música e colorida por uma explosão de cravos, que ocultam a miséria do povo e revelam a riqueza da nova realidade. Parece uma batalha sem sangue, mas não é verdade; antes morreram muitos, desapareceram muitos e fugiram muitos, porque Portugal era um país governado por fascistas, onde tudo e todos eram controlados e a palavra liberdade apenas existia nos sonhos dos que ainda conseguiam sonhar. Todos os dias eram de opressão. O futuro estava penhorado.

Hoje, voltamos a depararmo-nos, diariamente, com sementes fascistas a medrar em terrenos livres. São exemplo disso frases como vamos:

- limpar o país da corrupção;
- colocar a justiça a funcionar;

- tornar Portugal seguro;
- libertar o ensino das ideologias;
- controlar as nossas fronteiras;
- devolver o futuro aos jovens;
- valorizar a família;
- promover as nossas história, cultura e tradições;
- tornar o desporto um designio nacional;
- dignificar as Forças Armadas;
- defender a Europa das Nações Soberanas;
- mudar o sistema político;
- reformar a constituição e limpá-la de carga ideológica.

Todas elas têm por objetivo, apenas, lançar ideias populistas que agradem à maioria, mas nada dizem sobre a sua concretização. Antes assentam em meias verdades, meias histórias que são

autênticos assaltos à liberdade de Abril. Simultaneamente, procuram criar a ideia, obviamente falsa, de que o fascismo já não existe. Desmistificando-o, sabem que criam o terreno propício para a sua propagação, sobretudo, entre os mais jovens afastados dos partidos tradicionais. Paulatinamente, criam as condições favoráveis para que vá germinando. Temos, por isso, de permanecer bem alerta para impedirmos que ressurgira. É bom que saibamos valorizar vivermos em liberdade e nunca nos esqueçamos da importância de mantê-la viva, todos os dias.

Foi, por isso, que, com muita alegria, participei numa e vi, por todo Portugal, tantas outras marchas comemorativas dos 50 anos do 25 de Abril, que, para mim, significam a luz que ainda está bem acesa.

Liberdade sim; Fascismo nunca mais! ●





Programa do Governo para a Educação

Algumas expetativas, muitas, muitíssimas, preocupações

FRANCISCO GONÇALVES (Secretário-Geral Adjunto da FENPROF)

Logo na introdução, o programa do xxiv governo constitucional coloca as três grandes linhas enformadoras do documento: a Agenda 2030 da ONU, a Estratégia Portugal 2030 (PRR) e os Compromissos Orçamentais e Financeiros da União Europeia.

As duas primeiras são nobres nas intenções – o “desenvolvimento sustentável” e os “fundos europeus estruturais e de investimento” – mas de tradução pírrica nos concretos, ou não existisse um conflito evidente entre o propósito político do “desenvolvimento sustentável” e os interesses económicos do neoliberalismo que rege a vida e a sociedade de hoje e um investimento público realizado muito aquém do necessário (a não execução do investimento público orçamentado foi, como sabemos, o segredo do saldo de 2023 e quiçá do de 2024). Afinal, o PRR não consegue alterar o regresso da tendência de crescimento médio do PIB incipiente das duas décadas e meia de moeda única.

Mais inquietante, ainda, é a terceira: “cumprimento dos compromissos orçamentais e financeiros no quadro da União Europeia, assegurando a consolidação das contas públicas, a redução da dívida e a sustentabilidade da segurança social”.

Em 30 de abril entraram em vigor as Novas Regras de Governação Económica da União Europeia, regras estas propostas

pela Comissão Europeia, validadas pelo Parlamento Europeu e aprovadas pelo Conselho Europeu.

As Novas Regras de Governação Económica retomam os tetos de 3% para o défice e 60% para a dívida pública, suspensos por causa da pandemia e da guerra na Ucrânia. Curiosamente, ou não, a guerra na Ucrânia não só não acabou como continua a ter severas implicações económicas (no preço dos produtos alimentares e da energia, entre outros) e orçamentais (no crescimento dos orçamentos militares dos países da UE).

De acordo com estas regras, Portugal está obrigado a submeter à União Europeia, até setembro, um plano orçamental que, para além de apresentar as sacrossantas “reformas estruturais”, assumirá o compromisso de não ultrapassar os 3% de défice, uma meta de abaixamento da dívida pública que terá que ser superior a 1 p.p. do PIB ao ano e um teto anual para gastos públicos, entrando o país em processo incumprimento quando falhar metas, sujeitando-se, então, aos vulgarmente chamados procedimentos por défice excessivo.

Estas linhas gerais não deixarão de ter impactos em todas as áreas da política do governo, a educativa incluída e em fazer perigar promessas feitas na campanha eleitoral.

No que se refere à Educação, o que

fica da leitura do programa do governo são algumas expetativas e muitas, muitíssimas, preocupações.

As expetativas:

- em recuperar os 6 anos, 6 meses e 23 dias, que deve ocorrer à razão de 33% e não à razão de 20% ao ano, garantindo que, no final do processo, todos os professores recuperem na íntegra os 9 anos, 4 meses e 2 dias, independentemente de estarem ou não no ativo (recuperando tempo, diminuindo anos para a aposentação ou beneficiando de mecanismos de compensação). É também necessário extinguir vagas e quotas e recuperar o tempo das transições de carreira de 2007 e 2009;

- na criação de deduções em sede de IRS, que não devem ficar circunscritas às despesas de alojamento dos professores deslocados a mais de 70 km. É preciso que integrem as despesas de transporte, de materiais informáticos e de estudo e de formação;

- na efetivação de incentivos à fixação de docentes nas áreas carenciadas a todos os docentes lá colocados independentemente da sua área de residência, à fixação de docentes em áreas afastadas da sua residência e ao apoio à deslocação diária.

As muitas, muitíssimas, preocupações com:

- mais uma revisão curricular, um clássico da mudança de governo de turno entre PS e

“
No que se refere à Educação, o que fica da leitura do programa do governo são algumas expetativas e muitas, muitíssimas, preocupações

PSD, antes de avaliar o que existe avança-se para uma revisão curricular;

- a aplicação massificada das provas de aferição no final do 1º CEB e do 2º CEB com divulgação dos resultados, em vez da sua aplicação por amostragem, um regresso, no essencial, aos exames do 4º e 6º anos de Nuno Crato;

- a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, o conceito do Estado como regulador e não como decisor, a fusão do 1º CEB com o 2º CEB para reduzir o número de professores e garantir o financiamento público do ensino privado;

- a criação do estatuto do Diretor Escolar, com remuneração e carreiras próprias, e de um novo modelo de autonomia e gestão das escolas, contribuindo para o reforço da autocracia quando, o que faz falta ao modelo existente é a sua democratização, o reforço da colegialidade, o alargamento do colégio eleitoral de eleição do diretor e o domínio do pedagógico sobre o administrativo;

- a alteração do modelo de colocação dos docentes, introduzindo fatores como a residência e a ADD, pervertendo a graduação profissional. Inscrever este propósito no capítulo – reconhecer a importância dos professores –, depois de uma tão grande luta dos professores em 2023 para manter a graduação profissional como critério de ordenação dos candidatos, é inaceitável e uma falta de respeito para com os docentes. Configura um regresso ao passado, a 2011/2015, à colocação de professores pelos diretores, as BCE, que tanta opacidade e discriminação trouxeram.

- a intenção de rever, visitar, alterar todos os documentos enformadores da Educação, da Escola Pública e da Docência, inscrita no programa do governo, e que levou Maria de Lurdes Rodrigues a afirmar – “Revejo-me neste programa do governo” deixa-nos, de facto, muito preocupados com o futuro próximo. •



Declarções à comunicação social após reunião no Ministério

Reuniões no Ministério

Devolução do tempo de serviço

MECI prevê início em 2024, mas quer rever efeitos do DL 74/2023, quando deveria alargá-los

O Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) apresentou no passado dia 3 de maio, uma proposta de recuperação do tempo de serviço dos professores. Esta prevê o início da recuperação em 1 de setembro de 2024, a realizar à ordem de 20% ao ano com o último momento a ter lugar em 1 de setembro de 2028, ou seja, no último ano da Legislatura. Ficou, assim, claro, que, contrariamente a afirmações do ministro das Finanças, o início da recuperação não é adiado para 2025. Contudo, o projeto do ministério prevê a revogação do Decreto-Lei 74/2023, de 25 de agosto, o que, a concretizar-se, significa que:

- Os docentes que tinham garantido o direito a vaga adicional ou supranumerária, perderão esse direito;

- Os docentes que iriam recuperar o tempo de serviço perdido em lista de espera para progressão ao 5.º e/ou ao 7.º escalão já não o recuperarão e, se já o recuperaram, vê-lo-ão descontado nos 6 anos, 6 meses e 23 dias que se mantêm congelados.

Para a FENPROF, a supressão de um direito já adquirido, como a frustração de uma expetativa legítima criada aos docentes pelo quadro legal vigente seriam inaceitáveis. Entende a FENPROF que o Decreto-Lei n.º 74/2023 deverá ser incorporado no novo quadro legal e alargado aos docentes que, não reunindo o requisito restritivo imposto pelo anterior governo, foram excluídos. De resto, sublinha-se que o tempo de serviço perdido na lista de espera para obtenção de vaga é

tempo que acresce ao que esteve congelado não podendo, por isso, ser deduzido neste.

Para além do que antes é referido, a proposta do ministério, prevê a manutenção das vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões, bem como das quotas na avaliação. Ademais, a proposta é completamente omissa em relação aos docentes que já não poderão recuperar, na totalidade ou em parte, o tempo de serviço sendo, por esse motivo, lesados no cálculo do valor da sua pensão de aposentação.

As propostas da FENPROF apontam, ainda, para: uma recuperação em 3 anos e não 5; prazos excecionais para a avaliação do desempenho e horas de formação proporcionais ao número de anos de permanência efetiva nos escalões; compensação no valor da pensão dos docentes que já não possam recuperar tempo de serviço; fim das vagas e das quotas; garantia de recuperação do tempo de serviço perdido por docentes que, obtiveram colocações nas regiões autónomas e no continente.

Novas reuniões ainda em maio

O calendário negocial definido prevê novas reuniões a 13 e 21 de maio, podendo, ainda, ser requerida uma reunião de negociação suplementar.

Em 9 de maio, na reunião do seu Secretariado Nacional, a FENPROF aprovará uma contraproposta que incluirá o que já propôs ao MECI em 19 de abril (ver aqui). Na reunião prevista para 13 de maio verificará se essa contraproposta foi acolhida pelo ministério. Se tal não acontecer, será marcada a primeira forma de luta dos professores e educadores, eventualmente coincidente com a reunião seguinte. | Comunicado de 3 de maio •



FENPROF entregou 4 petições na Assembleia da República

MANUEL NOBRE (Membro do SN da FENPROF)

AFENPROF durante o período de pré campanha e de campanha eleitoral para as legislativas, independentemente de qual viesse a ser o novo governo, recolheu mais de sessenta mil assinaturas distribuídas entre as 4 petições, colocando assim a profissão docente também no centro do debate parlamentar.

O programa do governo aprovado recentemente na Assembleia da República fica aquém do que seria necessário no sentido da valorização da profissão e dele constam, mesmo, medidas que, a concretizarem-se, seriam muito lesivas dos docentes e da Escola Pública, não contribuindo, por isso, para alterar o rumo a que a Educação tem estado sujeita, com destaque para a desvalorização da profissão e a sua falta de atractividade.

Estas petições centram-se nas seguintes quatro aspectos:

A Recuperação do tempo de serviço congelado e ainda não contabilizado para efeitos de carreira - Esta situação configura uma clara discriminação dos docentes do continente relativamente aos pares das regiões autónomas dos Açores e

da Madeira e à generalidade das carreiras da administração pública. Não sendo os 6 anos, 6 meses e 23 dias a única perda de tempo de serviço que prejudica os professores ela é, no entanto, a mais significativa e a que é percebida, compreensivelmente, como maior afronta à condição docente.

A defesa de um regime específico de aposentação, justo e adequado às especificidades da profissão docente - A existência de um regime excepcional de aposentação, justo e adequado às especificidades da profissão docente, é uma reivindicação dos professores que os anteriores governos insistiram em ignorar, mesmo perante propostas concretas como as apresentadas pela FENPROF.

Os horários de trabalho justos, legais e adequados às funções docentes. Melhoria das condições de trabalho e de aprendizagem nas escolas - Importa ter consciência de a sobrecarga e desregulação de horários, bem como as impróprias condições para os docentes desenvolverem o seu trabalho está a contribuir para quadros muito preocupantes de cansaço e exaustão, a dificultar cada vez mais a compatibilidade

entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, e a tornar ainda menos atrativa a profissão docente.

A eliminação da precariedade na Profissão Docente - As alterações efetuadas pelo anterior Governo ao regime de concursos são insuficientes para resolver o problema da precariedade e geradoras de um conjunto enorme de injustiças. Dos mais de 24 mil docentes com três ou mais anos de serviço opostos ao concurso externo de 2023/2024, vincularam 7982 docentes, número bastante inferior ao de vagas fixadas pelo Ministério de Educação (ME). Ficou comprovado que as condições impostas pelo ME para vinculação através do concurso externo de vinculação dinâmica são inadequadas para a realidade dos docentes. De fora da vinculação ficaram mais de 15 mil docentes com três ou mais anos de serviço, dos quais perto de 7 mil têm 10 ou mais anos de serviço. Para além dos problemas criados aos profissionais, a precariedade dificulta, ainda, a organização e o normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino e tem um efeito nefasto no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. ●



Falta de professores duplica em apenas um ano

JOÃO PEREIRA (Membro do SN da FENPROF)

Afalta de professores e educadores tem vindo a agravar-se, ano após ano, e tornou-se um problema estrutural no ensino em Portugal. É um problema nacional que afeta o funcionamento das escolas e que tem graves repercussões nas aprendizagens dos alunos. Apesar de a falta de docentes ser mais acentuada nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve este é um problema que começa a ser visível em praticamente todo o país e alastra-se a inúmeras disciplinas.

O ano escolar entrou no terceiro período e continuamos a ter milhares de alunos com falta de docentes a pelo menos uma das disciplinas, existindo inclusive turmas que ainda não tiveram uma única aula em alguma das disciplinas devido à falta de docente. São cada vez mais frequentes os relatos de diretores de Agrupamentos e/ou Escolas não Agrupadas sobre a dificuldade em conseguir docentes para colmatar as ausências derivadas de situações de doença e/ou aposentação.

As listas definitivas de docentes não colocados têm cada vez menos candidatos à contratação e na maioria dos Grupos de Recrutamento não existem candidatos disponíveis para muitas zonas do país. O agravamento do problema é visível quando comparamos dados relativos aos horários pedidos pelos Agrupamentos de Escolas entre as primeiras semanas do terceiro período do presente ano letivo e ano letivo

anterior. Verificamos que o número de horários lançados para contratação de escola praticamente duplicou levando a que o número de alunos sem aulas a pelo menos uma disciplina seja bastante superior, rondando em média os trinta mil alunos por semana.

A situação não é ainda mais grave porque os/as diretores/as dos Agrupamentos continuam a distribuir horas extraordinárias aos docentes dos agrupamentos, levando muitas vezes a situações de *burnout* e baixas médicas, e o recurso a licenciados não profissionalizados é superior ao verificado no ano letivo anterior.

Medidas anunciadas têm que ser cumpridas

O problema da falta de professores vai continuar a aumentar enquanto não forem tomadas medidas concretas para o enfrentar e resolver. O governo apresentou no seu programa algumas medidas que visam atenuar a situação e que podem levar a um aumento da atratividade da profissão, nomeadamente, a revisão do salário em início da carreira e restantes escalões e a criação de incentivos e deduções em sede de IRS em despesas de alojamento de docentes deslocados.

Os sindicatos afetos à FENPROF exigirão o cumprimento dessas medidas assim como apresentarão todas as medidas que considerarem importantes para diminuir a falta de docentes em Portugal. ●

Porque é que os jovens não se interessam pela profissão docente?

EDUARDO JORDÃO (Professor contratado, membro do CN da FENPROF)

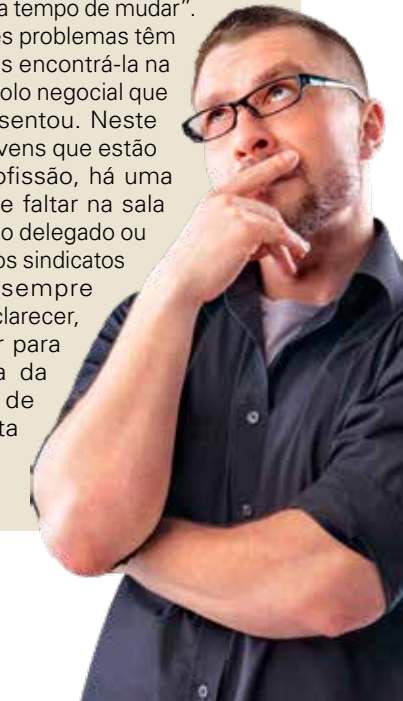
Neste registo sobre a profissão de um jovem professor, começemos por notar que a percentagem de professores até aos 30 a anos é inferior a 2%, e a de professores entre os 30 e os 39 anos é de aproximadamente 15% (www.edustat.pt/detalhes-infostat?ID=4).

Os números fazem-nos questionar o porquê de tão poucos jovens quererem esta profissão. As respostas são fáceis de encontrar. Vejamos algumas.

Desde logo, temos a precariedade. Apesar da Vinculação Dinâmica abranger mais colegas do que a Norma Travão, com a manutenção de certos requisitos, continua a ser possível não vincular após ter acumulado três anos de serviço. Isto significa um início de carreira marcado por uma situação de “casa às costas”, com contratos que, na melhor das hipóteses, acabam a 31 de Agosto, não sabendo em que ponto do país iremos estar no ano seguinte, que disciplinas iremos lecionar e que horário iremos ter. Acrescentemos a estes fatores um salário de início de carreira que não permite sair da casa dos pais, horários de trabalho que chegam às 50 horas semanais, a promessa de uma carreira repleta de entraves à progressão e eis que temos a receita perfeita para que um jovem à saída do secundário nem sequer equacione a possibilidade de ser professor.

Assim compreendemos também a surpresa de muitos colegas ao encontrarem um colega jovem na sala de professores. Não são raros comentários como “é preciso ter coragem para escolher esta profissão!” ou “olha que ainda vais a tempo de mudar”.

Ora, todos estes problemas têm solução e podemos encontrá-la na proposta de protocolo negocial que a FENPROF apresentou. Neste sentido, para os jovens que estão a entrar nesta profissão, há uma cara que não pode faltar na sala de professores: a do delegado ou dirigente sindical dos sindicatos da FENPROF sempre disponível para esclarecer, ajudar e mobilizar para a luta na defesa da escola pública, de qualidade, gratuita e democrática. ●



Segurança e Saúde no trabalho: propostas da CGTP-IN

Na passagem de mais um Dia Mundial e Nacional da Segurança e Saúde no Trabalho (28 de abril), a CGTP-IN reafirmou um conjunto de reivindicações, entre as quais destaca “o reforço da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), dotando-a dos meios humanos, técnicos e financeiros adequados e indispensáveis ao desempenho cabal, tanto das suas funções inspetivas, como das atividades de prevenção de riscos profissionais e promoção da SST”. “O estudo dos novos riscos profissionais (como a digitalização e as alterações climáticas) e de formas de prevenção e minimização dos

mesmos e, subsequentemente, a aprovação de legislação sobre a matéria”, é outra das direções apontadas pela Central, que aponta também para “o reforço da participação dos trabalhadores nos locais de trabalho, através da valorização do representante dos trabalhadores para a SST, nomeadamente através da simplificação dos processos eleitorais”. A Inter destaca também a necessidade de “articulação da atuação da ACT com o Ministério Público, no sentido de responsabilizar aqueles que, ilegalmente e imoralmente, continuam a violar os mais básicos direitos humanos nos locais de trabalho”. ●



Proposta de Protocolo Negocial para a Legislatura

(Áreas da Educação Pré-escolar, Ensinos Básico e Secundário)

1. Introdução

A FENPROF considera que é ao Estado que cabe assegurar uma rede pública de estabelecimentos de educação e ensino, em todos os níveis, conforme consagra a Constituição da República Portuguesa. Rede pública que tem de garantir a democratização da oferta educativa, bem como a igualdade das condições de acesso e de sucesso educativos.

É o Estado que tem, por isso, de garantir que a Escola Pública disponha dos recursos humanos e pedagógicos capazes de assegurar esta resposta a toda a população estudantil. Este imperativo deverá ser garantido com o Estado a assumir um papel promotor, não simplesmente financiador e regulador, assegurando que não se verifica qualquer tipo de discriminação seja de natureza social, étnica, cultural, política, religiosa ou outra.

A falta de vontade política de sucessivos

governos tem levado a um crónico desinvestimento na Educação Pública, problema que já se tornou estrutural.

Os reflexos são visíveis na degradação de um parque escolar com salas encerradas por risco de saúde pública, na falta de aquecimento, na diminuição das condições de segurança, na degradação do parque tecnológico das escolas, nas bibliotecas desatualizadas e sem verbas, nas obras de manutenção e requalificação não realizadas e permanentemente adiadas.

Outra consequência deste estrutural desinvestimento é a progressiva desvalorização material, funcional e social da carreira docente, cujas consequências são sentidas nas escolas: corpo docente envelhecido e desgastado física e emocionalmente; abandono da profissão por parte de milhares de docentes que procuram alternativas; insuficiente número de jovens a frequentar cursos de formação inicial de

docentes, muito aquém do de docentes que se aposentam todos os anos.

Reverter este ciclo de desinvestimento na Escola Pública é, para a FENPROF, um imperativo, do qual não abdica, exigindo que o Estado não se demarque das suas responsabilidades, diminuindo o seu papel na educação, pilar estruturante de qualquer democracia. O contínuo desinvestimento também se pode interpretar como irresponsabilidade política e, a manter-se, levará ao alargamento das manchas de pobreza e exclusão, atingindo novos segmentos da população.

As propostas que, de forma genérica, se passam a apresentar, deverão merecer os indispensáveis processos negociais, a desenvolver no quadro de diálogo anunciado pelo Primeiro ministro na tomada de posse do governo, respeitando os elementares princípios de diálogo social que o governo deverá respeitar e valorizando as organizações

sindicais, enquanto legítimas representantes dos trabalhadores.

A FENPROF estará disponível para o diálogo e a negociação, apresentando propostas concretas para todos os assuntos que a seguir refere e outros que possam surgir. Não deixará de mobilizar os professores para lutar sempre que a luta se torne necessária para evitar medidas lesivas dos seus direitos e da Escola Pública, ou para estimular a resolução dos graves problemas que afetam a profissão docente e a Escola Pública em Portugal.

2. Propostas para a valorização da profissão

A dignificação do estatuto profissional dos professores é indissociável da valorização da Escola Pública e da Educação em geral. É urgente superar um tempo em que a carreira dos docentes da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário se encontra gravemente ferida por um muro de bloqueio às progressões, que resulta de perversos mecanismos de quotas e vagas, da supressão de tempo de serviço cumprido, de ultrapassagens entre docentes com tempos de serviço distintos ou da imposição de um absurdo período probatório.

Também a cumplicidade de sucessivos governos com os abusos e as ilegalidades que afetam os horários de trabalho dos docentes, recusando soluções que travariam a enorme desconsideração pelos professores, há muito sujeitos a brutais sobrecargas de trabalho que, em média, se cifra nas 50 horas semanais. Ainda o problema da precariedade, flagelo que persiste hoje e que para além de um grave abuso por parte da tutela, também contribui para a perversão da carreira e a falta de atratividade da profissão.

Por último, as inadequadas condições de trabalho, para além dos já referidos problemas com os horários, o envelhecimento e a exaustão física e emocional, que levam milhares de docentes a pretender abandonar a profissão, o que alguns concretizam e milhares de jovens a não escolherem a profissão docente como futuro profissional.

A tudo o que antes se refere, acresce a falta de um regime justo de mobilidade por doença incapacitante, bem como um mecanismo de aposentação específico para os docentes, numa profissão que é reconhecida pela generalidade dos especialistas como particularmente exigente e desgastante. Face ao exposto, propõe-se:

• Recuperação integral do tempo de serviço

- Recuperação integral do tempo de serviço cumprido pelos professores, com o reposicionamento, ainda que de forma faseada, no escalão adequado e negociação de formas de compensação dos professores que já não possam recuperar, totalmente ou

em parte, esse tempo; -

- Aplicação imediata, a todos os docentes que ingressaram na carreira até 31 de dezembro de 2010, das regras de reposicionamento previstas na Portaria nº 119/2018 de 4 de maio;

- Resolução das ultrapassagens decorrentes de processo de recuperação de 2 anos, 9 meses e 18 dias, previsto nos decretos-lei nº 36/2019 de 15 de março e nº 65/2019 de 20 de maio.

• Eliminação dos bloqueios à progressão na carreira

- Eliminação do regime de vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões; - Eliminação das quotas na avaliação;

- Revogação do designado período probatório, aplicável a docentes já com larga experiência profissional;

- Fim da discriminação salarial, que persiste, dos docentes com contrato a termo.

• Regularização dos horários e condições de trabalho

- Respeito pelos limites legais estabelecidos para o horário de trabalho dos educadores e professores na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e no ECD; - Definição clara e séria do conteúdo das componentes letiva e não letiva:

1. A componente letiva dos docentes compreende toda atividade direta com alunos, a que acresce a rigorosa consideração dos intervalos como direito a pausa na atividade;

2. A componente não letiva de estabelecimento integra todas as reuniões que são previsíveis, ainda que de periodicidade não semanal (de fora da inscrição no horário semanal, como o ECD prevê, apenas as que decorrem de necessidade ocasionais), bem como a formação contínua dos professores, seja a promovida pelo MECI, de participação obrigatória, ou outra também necessária para efeitos de progressão na carreira;

3. A componente não letiva individual é de gestão dos professores e destina-se, principalmente, à preparação de aulas e à correção e avaliação do trabalho dos alunos. Deverão reverter para esta componente as horas de redução letiva que resultem da aplicação do artigo 79.º do ECD;

- Criação de condições específicas para os docentes que exercem atividade em regime de monodocência, designadamente no que respeita ao horário-base de trabalho, reduções de componente letiva ao abrigo do artigo 79.º do ECD, entre outros aspetos. Tal implica a discussão e eventual alteração do regime de docência.

• Regime específico de aposentação

- Aprovação de um regime específico de aposentação aos 36 anos de serviço, admitindo-se, para atingir esse objetivo, um período de faseamento até à sua completa aplicação;

- De imediato, possibilidade de aposentação, sem penalização de idade, dos docentes que já completaram a

vida contributiva (40 anos de atividade e descontos);

- Aplicação do regime de pré-reforma aos docentes, com a fixação de normas específicas de aplicação universal, eliminando a possibilidade de situações discriminatórias;

- Possibilidade de utilização, por opção do próprio, do tempo de serviço cuja contagem para a progressão na carreira foi "congelado" para efeitos de aposentação.

• Combate à precariedade e promoção de condições de estabilidade

- Consideração da graduação profissional como único critério para a colocação de professores em todas as modalidades do concurso, rejeitando-se outros, designadamente relacionados com a escolha pelas escolas, área de residência (de constitucionabilidade duvidosa) ou avaliação do desempenho, devendo as colocações resultar de lista ordenada nacional;

- Abertura de lugares de quadro, de acordo com reais necessidades das escolas;

- Revisão da designada "norma travão", no sentido de garantir a vinculação dinâmica de todos os docentes com 3 ou mais anos de serviço docente prestado com contrato a termo em escolas públicas;

- Eliminação do mecanismo de renovação de contrato: a renovação de contrato confirma que a necessidade que a origina é permanente e não temporária;

• Criação de apoios à fixação de docentes em áreas carenciadas e a docentes deslocados da área de residência

Apoios para docentes colocados em áreas carenciadas, independentemente da sua área de residência; - Apoios à fixação de docentes em áreas afastadas daquela em que reside; 4 - Apoios à deslocação diária de professores.

• Mobilidade por doença (MPD)

- Urgente revisão do decreto-lei que instituiu o atual regime que é desumano e contrário ao interesse público, tanto mais que o próprio diploma assim o impõe neste ano em que se completa o segundo ano de vigência. Por razões acrescidas, os docentes com doenças incapacitantes terão de ser respeitados.

• Deduções no IRS

- Consideração de despesas inerentes ao exercício da profissão, designadamente material informático, material de estudo ou despesas de formação; - Consideração de despesas que resultem de deslocações da residência para a escola de colocação ou da necessidade de aluguer de habitação fora da área de residência habitual.

3. Propostas para a valorização e reforço da Escola Pública

Considera-se que a Educação não pode esperar e, nesse sentido, afirma-se ser

urgente reverter o ciclo de subfinanciamento na Educação Pública, no Ensino e na Ciência. Aliás, esse é um problema que o Estado Português tem de assumir sem dogma ideológico.

A resolução dos problemas da Educação não passa pela desresponsabilização em relação ao financiamento e, por isso, se tem discordado da progressiva transferência de responsabilidades que deverão ser do Estado Português para fundos comunitários ou para os municípios. Rejeita-se a imposição de lógicas mercantilistas na Educação, empobrecendo e desqualificando a Escola Pública; rejeita-se – e seria inconstitucional – que o ensino privado seja colocado em pé de igualdade, no que respeita a financiamento público e resposta educativa. É ao Estado que incumbe garantir a rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população.

Com vista à valorização da Escola Pública, propõe-se:

• **Investimento na Educação**

- O financiamento público da Educação deverá corresponder a 6% do Produto Interno Bruto (PIB), acompanhando as recomendações internacionais;

- Os fundos europeus deverão acrescentar ao investimento em Educação e não substituir o Estado nessa responsabilidade.

• **Educação inclusiva**

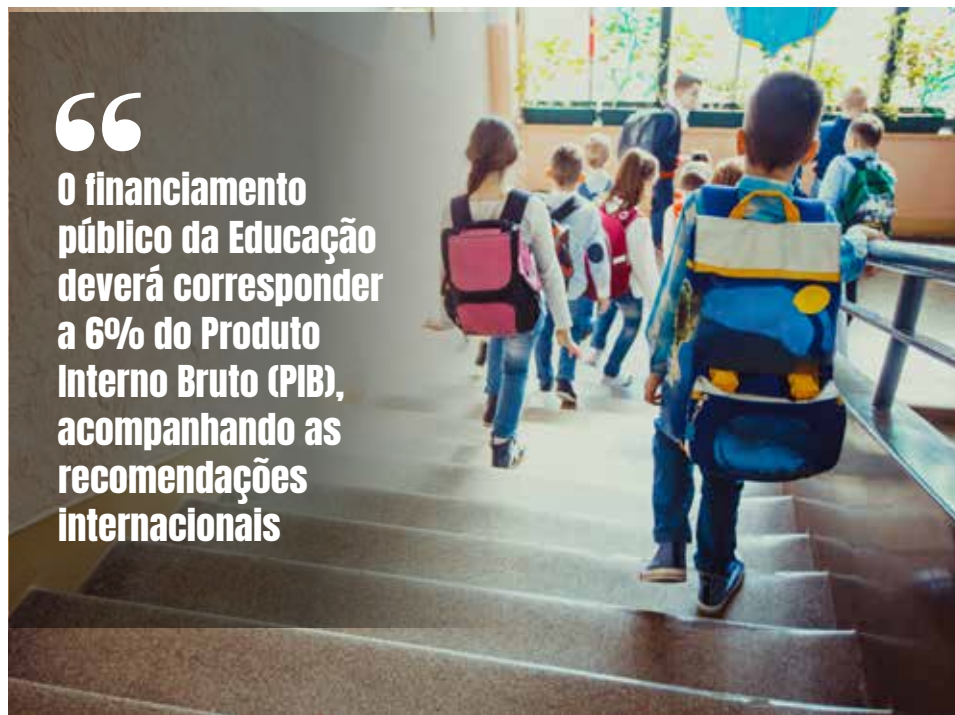
- A escola deverá promover uma educação inclusiva, capacitando-se para responder a cada um de acordo com as suas necessidades específicas. A insuficiência de recursos não tem permitido a concretização plena deste objetivo. Como tal, é necessário reforçar o crédito de horas das escolas, visando o reforço de apoios e coadjuvações, bem como aumentar o número de docentes de Educação Especial, criar grupos de recrutamento para a Intervenção Precoce e o Português Língua Não Materna e aumentar o número de técnicos especializados, como psicólogos, terapeutas e outros que se mostram necessários.

• **Combater o discurso de ódio**

- A UNESCO insta os estados a combater o discurso de ódio, atribuindo aos professores e à escola um papel determinante nesse combate. O discurso de ódio e a intolerância perante as diferenças e a diversidade, sejam de que natureza forem, têm crescido na nossa sociedade, o que tem de ser visto com preocupação. Assim, deverá ser reforçado o papel da escola neste domínio, o que significa melhorar o trabalho a desenvolver em torno das questões da cidadania, visando uma educação que prepare para a vida em democracia.

• **Combater a violência e a indisciplina; reforçar a autoridade do professor**

- Vários têm sido os fatores, muitos exteriores à escola, que levaram ao aumento de situações de indisciplina e alguns de



“
O financiamento público da Educação deverá corresponder a 6% do Produto Interno Bruto (PIB), acompanhando as recomendações internacionais

violência em espaço escolar. A desvalorização da profissão docente e da sua imagem social, resultado de políticas que têm sido desenvolvidas por diversos governos, também não é alheia ao problema. Para além da inversão do referido processo de desvalorização, deverão ser tomadas medidas que reforcem a autoridade do professor, que, simultaneamente, protejam a identidade do aluno e que promovam um clima de sã convivência dentro e fora do espaço escolar

• **Municipalização/ Transferência de competências**

- Defende-se uma efetiva descentralização da Educação, mas centrada nas escolas, no que às questões pedagógicas diz respeito. O processo de transferência de competências para os municípios reduz as que estavam atribuídas às escolas, interfere na sua autonomia, designadamente pedagógica, e abre portas à ingerência em domínios que deverão ser da sua exclusiva responsabilidade, designadamente em relação à gestão e avaliação dos seus recursos humanos, sejam eles quais forem; acrescem os problemas que rapidamente crescerão de falta de equidade na realização do direito à educação em função dos territórios e de opções políticas aí seguidas.

• **Gestão das Escolas**

- As escolas deverão ter um órgão de gestão colegial;

- Os membros dos órgãos de gestão das escolas deverão ser professores integrados na carreira docente e não em qualquer outra existente ou a criar;

- A eleição do órgão de gestão deverá ser direta, participando todos os docentes, todos os trabalhadores não docentes,

representantes dos pais e, no caso do ensino secundário, representantes dos alunos;

- Reforço das competências e da autonomia de funcionamento do Conselho Pedagógico que deverá deixar de ser meramente consultivo; livre eleição, direta, dos coordenadores das estruturas pedagógicas intermédias;

- Redefinição das competências e composição do órgão de direção estratégica da escola/agrupamento, atualmente atribuídas ao Conselho Geral.

• **Grupos de recrutamento**

- Criação de novos grupos de recrutamento, permitindo dar resposta a dois problemas: respostas educativas mais qualificadas; estabilidade dos docentes de áreas que constituem necessidades permanentes das escolas;

- Defende-se a criação dos grupos de recrutamento de Teatro/Expressão Dramática, Intervenção Precoce e Português Língua Não Materna;

- Relativamente aos técnicos especializados – intérpretes de LGP, terapeutas, psicólogos, entre outros

–, urge a criação de condições dignas de exercício profissional, tanto no que respeita à natureza do seu vínculo, como às remunerações.

• **Rede escolar**

- Eliminação dos mega agrupamentos, desdobrando-os em organizações de menor dimensão, mais humanizadas e com órgãos próprios;

- Criação de uma rede pública de creches;

- Alargamento da rede pública de estabelecimentos do ensino artístico especializado. •



Proposta global da FENPROF

Devolução do tempo de serviço em falta na carreira docente

As legítimas expetativas dos docentes

Desde que terminou o congelamento das carreiras profissionais na Administração Pública que os professores reivindicam a justa devolução de tempo de serviço que foi cumprido, mas não contabilizado.

A expetativa em relação a essa devolução foi legítima, tendo em conta que:

• Foi assinada uma declaração de compromisso, em 18 de novembro de 2017, prevendo um processo negociado para definir o “modelo concreto da recomposição da carreira que permita recuperar o tempo de serviço”;

• Foi aprovada na Assembleia da República, em 15 de dezembro de 2017, a Resolução n.º 1/2018, recomendando ao governo a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira e correspondente valorização remuneratória;

• A Lei do Orçamento do Estado para 2018 estabelecia que, nas carreiras cuja progressão dependia de determinado período de prestação de serviço, o tempo prestado deveria ter expressão na remuneração;

• Foram recuperados os pontos acumulados por outros grupos profissionais da Administração Pública, obtidos durante o período de congelamento, em alguns casos de forma bonificada;

• Foram desenvolvidos processos de recuperação do tempo de serviço nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, na sequência de negociações desenvolvidas entre respetivos governos regionais e as organizações sindicais de docentes;

• Foram assumidos compromissos por praticamente todos os partidos políticos ao longo da recente campanha eleitoral, no sentido da recuperação do tempo de serviço cumprido pelos professores, para efeitos de carreira.

A negociação do diploma legal, na dupla perspetiva política e técnica

Do ponto de vista político, há que negociar o número de anos para efetivar a recuperação do tempo de serviço em falta. Os 5 anos que o governo tem anunciado seria um tempo excessivo, pois já nos encontramos em 2024, tendo passado mais de 6 anos sobre o momento em que as carreiras foram descongeladas.

No plano técnico, mas também

envolvendo opções políticas, daí ser matéria do âmbito da negociação coletiva, há que ter em conta a publicação, nos últimos anos, de diversos diplomas legais que provocaram profundas assimetrias entre os docentes, no que respeita ao seu posicionamento na carreira.

São disso exemplo o **Decreto-Lei n.º 36/2019, de 15 de março**, pelo qual houve docentes que recuperaram 2 anos, 9 meses e 18 dias de serviço, mas nem todos, pois muitos tiveram de usar parte ou a totalidade desse tempo para subirem na lista ordenada de acesso às vagas, não tendo, por isso, recuperado esse tempo.

Entretanto, quem não utilizou esse tempo e ficou retido no 4.º ou 6.º escalão, recuperou os 2 anos, 9 meses e 18 dias e, com a publicação do Decreto-Lei n.º 74/2023, de 25 de agosto, também recuperou o tempo que esteve retido, o que foi correto, mas deixou para trás quem tinha utilizado o tempo para escapar às vagas.

Ainda sobre o **Decreto-Lei n.º 74/2023, de 25 de agosto**, este permite que alguns docentes tenham direito a vaga adicional para progressão aos 5.º e 7.º escalões, mas exclui dessa possibilidade quem não tiver cumprido, em pleno, os últimos 7 anos de congelamento das carreiras (1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2017). Basta ter um dia de serviço, deste período de tempo, em que um docente contratado a termo esteve colocado em horário com menos uma hora, completado ao segundo dia por aditamento, para ser excluído. Não tem sentido deixar de fora da recuperação, docentes que também perderam tempo de serviço, ainda que não a totalidade, seja porque começaram a trabalhar mais recentemente ou porque foram colocados, com contrato a termo, em horários incompletos ou temporários.

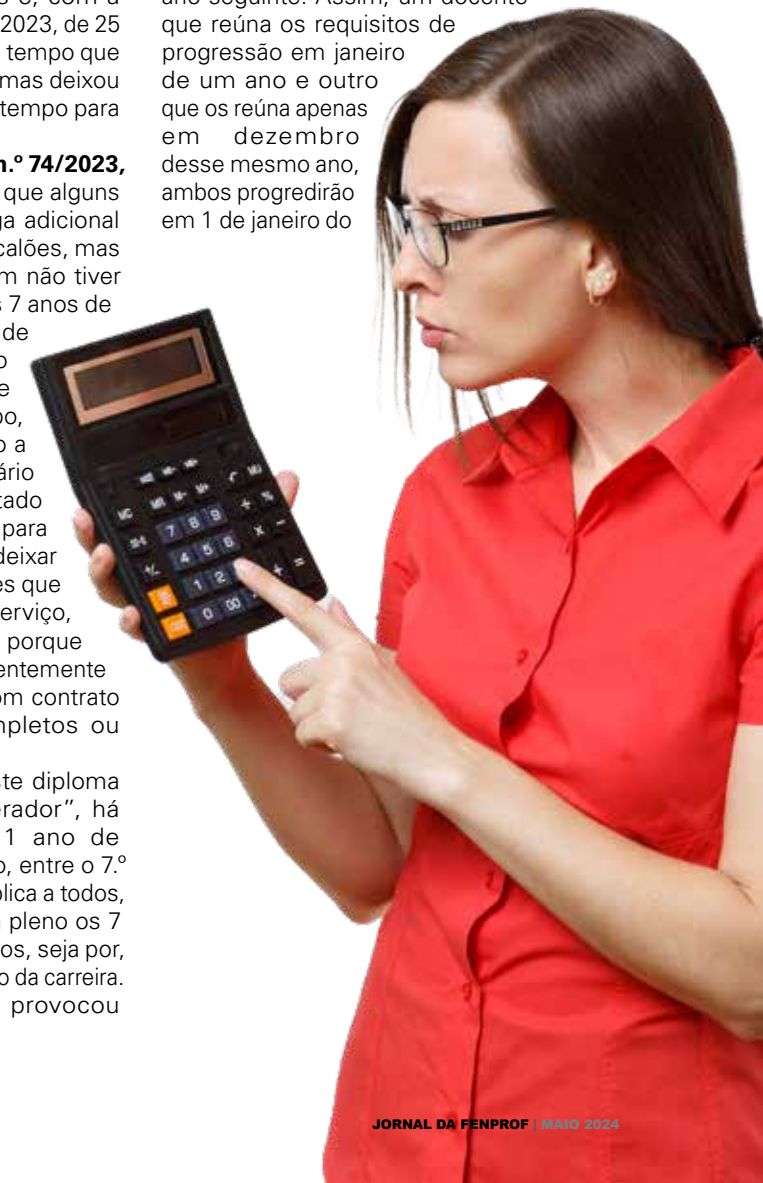
Também na sequência deste diploma que foi designado de “acelerador”, há professores que reduzirão 1 ano de permanência na sua progressão, entre o 7.º e o 9.º escalão, mas tal não se aplica a todos, seja porque não cumpriram em pleno os 7 anos de congelamento já referidos, seja por, entretanto, terem chegado ao topo da carreira.

Outro quadro legal que provocou

“ultrapassagens” foi a **Portaria n.º 119/2018, de 4 de maio**, que se aplicou a todos os docentes que integraram a carreira, por ingresso em quadro, a partir de 2013/2014, ficando à frente de outros docentes com o mesmo ou mais tempo de serviço, que já se encontravam na carreira e que tinham perdido tempo nos momentos de transição entre diferentes estruturas de carreira.

Chama-se a atenção para outra desigualdade que urge corrigir. Sempre que um docente reúne os requisitos para progredir, tal produz efeitos ao dia 1 do mês seguinte àquele em que completa o tempo de serviço.

Contudo, no que respeita à **progressão aos escalões sujeitos a vagas** (5.º e 7.º), esta só se efetiva no dia 1 de janeiro do ano seguinte. Assim, um docente que reúna os requisitos de progressão em janeiro de um ano e outro que os reúna apenas em dezembro desse mesmo ano, ambos progredirão em 1 de janeiro do





“A crescente falta de professores nas escolas deve-se ao abandono da profissão por parte de milhares de jovens professores e à fuga dos cursos de formação de docentes”

ano seguinte. Isto significa que o primeiro perderá um ano de serviço e o segundo não perderá tempo de serviço, gerando-se, com isto, mais uma inaceitável assimetria.

Por último, há o problema criado com os docentes que cumpriram o período de congelamento nas **regiões autónomas**, mas, por se terem transferido para o continente, não recuperaram o tempo de serviço, como os seus colegas que ali permaneceram; situação semelhante acontece com quem trabalhou no continente durante o período de congelamento e, depois, se transferiu para uma das regiões autónomas, não vendo o seu tempo recuperado. Uniformizando-se a situação no todo nacional, com a recuperação do tempo de serviço também no continente, há que garantir que nenhum professor deixará de o recuperar.

Estas assimetrias, que foram agravadas nas legislaturas anteriores, deverão ser corrigidas no âmbito do processo negocial de recuperação do tempo de serviço.

Dez propostas visando a recuperação integral do tempo de serviço

Visando à devolução daqueles dias de

serviço aos professores e aos educadores, a FENPROF apresenta a seguinte proposta global:

1) Recuperação dos 2393 dias num prazo de 3 anos, entre 2024 e 2026, à razão de 1/3 (33,3...%) por ano;

2) Em 2024 serão recuperados 798 dias de serviço, sendo que, quem tiver perdido até 798 dias de serviço completará a recuperação;

3) Em 2025 serão recuperados 798 dias de serviço, sendo que, quem tiver perdido entre 799 e 1596 dias de serviço completará a recuperação;

4) Em 2026 serão recuperados os dias em falta, em limite 797 dias de serviço;

5) Não tendo o Decreto-lei n.º 74/2023, de 25 de agosto, garantido vaga adicional para todos os docentes que reúnam os demais requisitos de progressão aos 5.º e 7.º escalões, essa garantia deverá ser generalizada, pelo menos durante os anos da recuperação de tempo de serviço, sob pena de muitos professores perderem mais tempo de serviço;

6) Para efeitos do disposto no número anterior, o regime de vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões deverá ser suspenso e, após estar concluída a recuperação do tempo de serviço, o seu número será igual ao de docentes que reúnam os demais requisitos de progressão, devendo ser desenhovido um processo negocial, visando a sua eliminação;

7) Serão estabelecidos prazos excepcionais para conclusão dos processos de avaliação do desempenho, para que não resultem prejuízos para os docentes no que concerne ao momento da progressão, ficando suspensa a aplicação de quotas durante os 3 anos de faseamento, mecanismo que

deverá merecer um processo negocial, visando a sua eliminação;

8) O número de horas de formação a obter em cada escalão terá em conta o número de anos que o docente nele permanecer, à razão de 12,5 horas /ano;

9) Poderão os docentes utilizar o tempo de serviço que não recuperarem para despenalização da antecipação da aposentação, se for essa a sua opção, ou para constituição de pensão cujo valor foi prejudicado pelos anos que já não puderam recuperar, em termos a estabelecer neste processo negocial;

10) Concluído o processo de recuperação dos 2393 dias (6 anos, 6 meses e 23 dias), verificar-se-á se os docentes já se encontram posicionados no escalão a que corresponde o tempo de serviço integralmente contabilizado, sendo feito o adequado ajustamento nos casos em que tal não se verificar.

Problemas para além do tempo de serviço e de quem já não o pode recuperar

A devolução deste tempo de serviço aos professores e aos educadores é de elementar justiça, concordando-se, por isso, que seja medida prioritária para o novo governo. Há, porém, dois aspetos a não esquecer:

- Seis anos passados sobre o descongelamento das progressões, muitos docentes já não irão recuperar um tempo que também lhes foi suprimido, com prejuízos na remuneração que receberam e no valor da sua pensão de aposentação. Como tal, deverá ser definida uma compensação para estes docentes, tanto mais que são alvo de desigualdade em relação aos seus colegas das Regiões Autónomas e também foram eles que se viram ultrapassados por aqueles que foram abrangidos pela Portaria n.º 119/2018, de 4 de maio;

- A crescente falta de professores nas escolas deve-se ao abandono da profissão por parte de milhares de jovens professores e à fuga dos ainda mais jovens aos cursos de formação de docentes. A esses não foi retirado tempo de serviço. O que leva a que não queiram ser professores ou educadores é a desvalorização e consequente perda de atratividade da profissão, resultante do seu baixo salário, por vezes ainda mais reduzido pela colocação em horários incompletos, os obstáculos à normal progressão na carreira, o arrastamento das situações de precariedade, as difíceis condições de trabalho, entre outros problemas.

É, por isso, importante, também iniciar negociações visando a valorização da profissão e da carreira docente, procurando, assim, recuperar muitos dos que abandonaram e ganhar quem conclui o ensino secundário para que opte pelos cursos de formação de professores. ●

Concurso para 2024-2025: melhor do que a encomenda

VÍTOR GODINHO (membro do SN da FENPROF)



E já uma evidência que o concurso para o ano escolar 2024-2025 sairá melhor do que a encomenda. Desde logo, afastar-se-á do que nos tinha inicialmente encomendado o anterior ministro da educação, João Costa, porquanto, contra a sua vontade, fruto da luta intensa desenvolvida pelos professores, prevaleceram os princípios do concurso único de abrangência nacional, da anualidade de abertura (o que representa uma multiplicação das oportunidades de concretizar aproximações à área de residência) e de graduação profissional para a ordenação de candidatos, e não, como pretendia, a convivência entre o concurso nacional, de abertura quinzenal, e uma multiplicidade de procedimentos concursais geridos por conselhos locais de diretores, que selecionariam em função de um pretenso perfil de competências dos candidatos.

Por outro lado, o número de vagas de quadro de agrupamento de escolas/ escola não agrupada (QA/QEnA) ora colocadas a concurso – 20.853 – representa, se não um absoluto rompimento, pelo menos uma inversão de uma prática, aplicada por sucessivas equipas ministeriais, de subavaliação das necessidades permanentes do sistema educativo. Para se ter uma ideia clara disto e a título de exemplo, recorde-se que, há 3 anos, para o anterior concurso interno, foram apuradas pouco mais do que 6 mil vagas de QA/QEnA

positivas, no mesmo ano em que, por isso mesmo, deslizaram para as designadas necessidades temporárias, mais de 20 mil horários completos!

Foi esta prática, reiterada, que foi responsável pelo prolongar da precariedade de milhares de professores contratados, ao mesmo tempo que dificultou/inviabilizou a aproximação à área de residência de milhares de outros, integrados nos quadros.

O atual regime de concursos não é perfeito, longe disso, razão por que a FENPROF não celebrou qualquer acordo com o anterior governo em torno do mesmo, contudo, é justo reconhecer que foram mantidos, e, em certa medida, até reforçados, os princípios basilares, referidos atrás, que quase todos defendemos, razão do título do presente artigo.

Mas o atual regime de concursos não é só melhor do que o anterior governo nos tinha encomendado, é também melhor do que o atual nos pretende encomendar. Com efeito, no programa do atual governo pode ler-se que se pretende “Alterar o atual modelo de colocação de docentes, de modo a ter em consideração outros fatores, como a residência e avaliação (...)”, o que é incompatível com o concurso nacional baseado na graduação. É a tentativa de retorno da discussão sobre o perfil de competências, com outra roupagem, e até a aplicação de critérios (residência) que foram declarados inconstitucionais em inúmeras ocasiões.

Estamos conversados quanto à luta que teremos de travar contra tais intenções se o governo insistir em tal receita para o regime de recrutamento de docentes. O governo que se cuide, pois se os professores souberam resistir, lutando, à concretização dessas mesmas pretensões nos governos de maioria absoluta de Sócrates, Barroso, Coelho e Costa, serão capazes de voltar a fazê-lo no de maioria relativa de Montenegro. ●

“No programa do atual governo pode ler-se que se pretende “Alterar o atual modelo de colocação de docentes, de modo a ter em consideração outros fatores, como a residência e avaliação (...)”, o que é incompatível com o concurso nacional baseado na graduação.”



Questionário aos docentes do 1.º CEB: resultados e preocupações

CÁTIA DOMINGUES (membro do SN da FENPROF) e CATARINA OLIVEIRA (membro do CN da FENPROF)

Durante o final de 2023 e início de 2024, a FENPROF promoveu um estudo sobre as condições de exercício da profissão no 1.º CEB, através de um questionário ao qual responderam milhares de docentes deste nível de ensino.

Estes professores expressaram a sua opinião relativamente a questões como o regime de docência, horários de trabalho, dispensas da componente letiva, modelo de gestão e estado de conservação e funcionamento dos edifícios e dos equipamentos.

Os sucessivos governos têm usado os professores em monodocência como isco de campanha eleitoral, com promessas vãs e que rapidamente são esquecidas. Constatou, no programa da campanha eleitoral do PS, em 2019, e depois em programa de governo: "Sem contrariar a convergência dos regimes de idade da reforma, encontrar a forma adequada de dar a possibilidade aos professores em monodocência de desempenhar outras atividades que garantam o pleno aproveitamento das suas capacidades profissionais". Outras referências ao exercício em monodocência têm existido,

mas, no fim, não se materializam em nada de concreto.

O 1.º CEB é um nível de ensino com um corpo docente bastante envelhecido e que tem vindo a sofrer grandes mudanças que se têm traduzido, fundamentalmente, num enorme agravamento dos horários de trabalho e das condições de exercício da profissão. Aos já sobrecarregados horários de trabalho, têm acrescido muitas tarefas administrativas e burocráticas que são uma das causas mais evidentes da exaustão dos docentes em geral.

Ao longo dos anos, a FENPROF tem apresentado propostas para a resolução dos problemas sentidos pelos docentes do 1.º CEB, que são o resultado de incontáveis questionários, plenários, congressos e conferências. No entanto, estas propostas têm sido ignoradas pelos sucessivos governos, e as dificuldades do setor têm-se agravado.

É urgente dar uma resposta aos problemas e melhorar as condições de trabalho neste nível de ensino.

Ficha técnica:

• 95,1% dos docentes que responderam ao questionário têm mais de 40 anos de

idade (46,6% entre os 41 e os 50 anos, 33% entre os 51 e os 59 anos e 15, 5% com 60 anos ou mais).

- 86,2% tem mais de 15 anos de serviço, sendo que 12,6% já têm mais de 36 anos de serviço (a FENPROF reivindica a aposentação sem penalizações aos 36 anos de serviço).

- 42,1% exerce em escolas EB só com 1.º Ciclo e 41,6% em Centros Escolares com 1.º CEB e Pré-Escolar. 40,6% dos edifícios escolares necessitam de obras e 71,6% não têm os equipamentos suficientes (as maiores falhas são aos nível dos equipamentos tecnológicos e desportivos).

- 24,1% das turmas têm um número de alunos superior ao limite legal (23 alunos). Há 28% de turmas com alunos com necessidades educativas que têm mais de 20 alunos. Por lei, têm direito a uma turma de dimensão reduzida.

Este é o retrato de um 1.º Ciclo do Ensino Básico a funcionar sob uma enorme pressão, com um corpo docente muito envelhecido, a exercer em edifícios muitas vezes degradados e mal equipados, e com um número significativo de turmas cuja dimensão excede os limites legais. •

FENPROF: Questionário revela urgência de pôr fim a más condições de trabalho no 1.º CEB

Os professores do 1.º ciclo são dos mais afetados pela desregulação do horário de trabalho e pela violação dos direitos consagrados no ECD.

Esta é uma situação inadmissível a que urge por cobro. A luta pela profissão passa pelo reconhecimento e dignificação dos professores do 1.º ciclo do ensino básico.

Inquérito às condições de exercício da profissão no 1.º ciclo do ensino básico, realizado pela FENPROF, revela uma situação muito preocupante e uma necessidade urgente de intervenção para resolver uma multiplicidade de problemas.

Vigilância dos recreios

58,6%

dos professores não usam a pausa a que têm direito

Reduções do art.º 79.º do ECD

86%

não aplica o direito à redução por agravamento da atividade docente

90%

defende reduções iguais independentemente do nível de ensino

Ranking de tarefas nas reduções

+ de **38%**

Apoio a grupos de alunos

+ de **35%**

Apoio individual a alunos

+ de **35%**

Substituição de professores

25%

Apoio à biblioteca

+ de **23%**

Outros ("apaga fogos")

+ de **21%**

Coadjuvação

Violação do direito às 35 horas de trabalho

+ de **50%**

da componente individual **OCUPADA COM BUROCRACIA**

+ de **44%**

não tem horas marcadas para reuniões (ocupam a componente individual)

Burocracia afeta

76%

Saúde mental

76%

Vida pessoal e familiar

70%

Planificação da atividade

Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

90%

dos Professores dizem que **caráter facultativo das AEC é posto em causa**

Dimensão das turmas tem de reduzir

69%

das turmas têm: **1 ou 2 alunos com NE**

20%

das turmas têm: **3 a 5 alunos com NE**

2%

das turmas têm: **6 a 10 alunos com NE**

Sobre os atos criminosos praticados no Porto, mas não só:

FENPROF repudia e condena crimes e discursos de ódio e intolerância

Os crimes praticados recentemente no Porto contra imigrantes merecem o mais veemente repúdio e a condenação por parte da FENPROF.

Eles confirmam que, contrariamente ao que afirma a extrema-direita, em Portugal existe racismo, xenofobia e intolerância perante a diferença, sendo essa extrema-direita a principal promotora daqueles sentimentos antidemocráticos que, como aconteceu agora, muitas vezes se expressam em atos criminosos que deverão ser exemplarmente punidos pela Justiça.

A FENPROF está fortemente empenhada no combate ao discurso de ódio, ao racismo, à xenofobia e a todo o tipo de intolerância perante o que alguns consideram não ser “natural” por não ser igual a si próprios. A FENPROF tem vindo e continuará a promover ações de apoio aos professores e educadores, visando a integração de imigrantes e refugiados nas escolas portuguesas, que já hoje representam 10% da população escolar, bem como a inclusão de todos/as os/as alunos/as. A FENPROF insta os docentes a corresponderem ao apelo da UNESCO, dando combate ao discurso de ódio que prolifera na sociedade.

A FENPROF e os seus Sindicatos de Professores, nas ações promovidas, tem desenvolvido parcerias com o Conselho Português para os Refugiados, a Associação de Professores para a Educação Intercultural, a SOS Racismo, a ILGA, entre outras organizações, e envolvido escolas frequentadas por alunos de diversas nacionalidades, no sentido de facilitar partilhas, dar a conhecer experiências e



promover os valores democráticos, entre eles os da integração e inclusão.

Iniciativa em outubro

A FENPROF tem participação ativa num projeto europeu, promovido pela ETUCE - European Trade Union Committee for Education, sobre imigrantes e refugiados e a sua integração na escola e na sociedade. No âmbito deste projeto, em outubro próximo decorrerá uma iniciativa em Lisboa, que está a ser preparada pela FENPROF, envolvendo escolas, autarcas e organizações não governamentais. Tudo o que possa ser feito em prol da democracia e do respeito pela outra pessoa nunca será demais.

Uma última nota para lamentar o facto de na Assembleia da República

Portuguesa - a Casa da Democracia -, a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, áreas fundamentais para a promoção dos valores democráticos, ser presidida pela extrema-direita. Uma extrema-direita que, nos 50 anos do 25 de Abril, afirmou que os anos de Democracia em Portugal constituíam uma noite mais profunda do que os do fascismo, como se esses não tivessem sido uma longa noite de trevas, marcada pela perseguição, prisão, tortura, morte, colonialismo e pobreza extrema em Portugal. Afirmações daquele tipo e outras proferidas por gente da extrema-direita, impregnadas de ódio, xenofobia, racismo e intolerância, contribuem para que aconteçam atos criminosos como os que tiveram lugar no Porto. ●

e construíram a nova escola saída da Revolução de Abril, e dos professores que construíram programas novos e democráticos, que construíram a autonomia das escolas, a gestão democrática e o estatuto do professor, que exigiram a profissionalização em exercício e uma formação inicial exigente e de qualidade, entre tantas outras conquistas.

Um caminho que se continua a travar no presente quando professores, educadores e investigadores resistem contra a intencional desvalorização da sua carreira.” (José Feliciano Costa) ●

Exposição “50 anos SPGL. Viagem entre Capas e Manchetes”



Até 4 de julho
Espaço ABC / SPGL
Bairro Azul, Lisboa,

“Através destas capas e manchetes temos acesso às palavras de ordem, aos testemunhos e às memórias de um percurso de 50 anos de sindicalismo docente livre, intimamente ligado à luta dos professores, educadores e investigadores, bem como à construção da Escola Pública.

Um caminho onde se cruzam as conquistas da geração de docentes que destruíram a velha escola fascista



A Constituição, a gestão das escolas e a escola democrática

O Jornal da FENPROF inicia, com este suplemento, colecionável, um conjunto de quatro publicações, até ao final de 2024 que tratarão os seguintes temas: a) Educação/ Escola Pública; b) Luta pela profissão docente; c) O direito à saúde pública; d) Segurança social pública e universal. Trata-se de um suplemento organizado pelo Departamento de Professores Aposentados da FENPROF, com o contributo histórico de docentes especialmente entrevistados porque constituem a memória da FENPROF, bem como da sua intervenção desde a fundação há 41 anos, e, por esse motivo, contribuem, para o melhor conhecimento das bases na Educação e do Portugal de Abril. Por esse motivo, foi opção começar cada um destes suplementos com a transcrição do articulado específico de cada um dos temas na Constituição da República Portuguesa. ●

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (EXTRACTOS)

7º atualização/última

Artigo 9.º (Tarefas fundamentais do Estado)

São tarefas fundamentais do Estado:

f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa;

Artigo 71.º (Cidadãos portadores de deficiência)

(...) 2. O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores. (...)

CAPÍTULO III Direitos e deveres culturais

Artigo 73.º (Educação, cultura e ciência)

1. Todos têm direito à educação e à cultura.

2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva. (...)

Artigo 74.º (Ensino)

1. Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

2. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:

- Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;
- Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar;
- Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;
- Garantir a todos os cidadãos, segundo

as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;

e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino;

f) Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das actividades económicas, sociais e culturais;

g) Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário;

h) Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades;

i) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa;

j) Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efectivação do direito ao ensino.

Artigo 75.º (Ensino público, particular e cooperativo)

1. O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população. (...)

Artigo 76.º (Universidade e acesso ao ensino superior)

1. O regime de acesso à Universidade e às demais instituições do ensino superior garante a igualdade de oportunidades e a democratização do sistema de ensino, devendo ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do país. (...)

Artigo 77.º (Participação democrática no ensino)

1. Os professores e alunos têm o direito de participar na gestão democrática das escolas, nos termos da lei.

2. A lei regula as formas de participação das associações de professores, de alunos, de pais, das comunidades e das instituições de carácter científico na definição da política de ensino. ●

A democratização da Educação

Uma luta com raízes no passado

MANUELA SILVA (Departamento de Professores Aposentados da FENPROF)*



A partir de 1969, surge, em Portugal, um poderoso movimento de professores a que chamámos “Grupos de Estudo dos Professores do Ensino Secundário” (GEPES), que rapidamente se estendeu por escolas de todo o país e constituiu o embrião dos Sindicatos de Professores, criados, logo após o 25 de Abril. Estes Grupos eram formados sobretudo por professores eventuais, que viviam em grande precariedade, não recebiam salário durante 2 meses (as férias) e constituíam mais de 80% dos docentes das escolas.

Tratava-se de um movimento com um grande pendor reivindicativo, muito dirigido aos problemas profissionais, mas também não deixava de intervir em outras áreas que à educação diziam respeito, como a democratização da escola, em todos os aspetos: no acesso e sucesso educativos, nos currículos e na participação dos professores na vida escolar, nomeadamente na gestão escolar. Aliás, um dos Grupos de Estudo, coordenado por um dos mais destacados ativistas do movimento do Norte, José Gomes Bento, era precisamente sobre a gestão escolar.

A propósito, Gomes Bento (1972, pp 6 e 7) afirma: “O direito à gestão pedagógica

e administrativa das escolas, à intervenção nos programas e nos métodos, o combate contra pedagogias reacionárias e por relações mais livres e humanas entre os professores e alunos permanecem pontos de vista de vanguarda, ideias a atualizar práticas por praticar. Mas há um direito que a classe já possuiu e lhe foi tirado: a liberdade de discutir os seus assuntos e de se organizar. Vivendo num mundo repressivo, os professores de agora estão mais desprovidos, mais humilhados, mais em baixo na escala da dignidade profissional.” (Bento, 1972, pp. 6-7).

De facto, a gestão, antes do 25 de Abril, era tudo menos democrática. O Diretor/Reitor, nos ensinos preparatório e secundário e, no caso do ensino primário, o diretor e delegado escolar, bem como o de escola eram nomeados pelo Ministério da Educação e da confiança deste.

A avaliação dos professores eventuais era realizada pelo Diretor, ouvido o corpo docente efetivo, mas a última palavra era a dele. Desconheciam-se os critérios de avaliação. Para ter direito a um contrato de trabalho, tinha de declarar, em papel selado, com assinatura reconhecida pelo notário, **que estava conforme a ordem estabelecida pela Constituição de 1933, com claro repúdio pelo comunismo e todas as ideias subversivas.**

Foi num contexto de grande contestação ao regime, em que os GEPES desempenharam um importante papel, que o 25 de Abril de 1974 aconteceu - a Revolução. Foi três dias depois, a 28 de abril, que os Grupos de Estudo realizaram a sua 40ª e última reunião nacional, na Figueira da Foz. Aí, decidiu-se entregar uma declaração ao MFA (Movimento das Forças Armadas), saudando a Revolução, reiterando as reivindicações prementes dos

professores, nomeadamente a reintegração de professores expulsos pelo fascismo, por razões políticas e partir para a ação.

Que ação foi essa?

Antes de mais havia que reunir os professores e criar os Sindicatos, eleger as suas comissões instaladoras, que seriam ratificadas em grandes reuniões gerais.

A 27 de maio, o I Governo Provisório, aprovava em Conselho de Ministros o Decreto-Lei nº 221/74, o primeiro diploma que reconhecia e apoiava as “iniciativas democráticas” desencadeadas por professores e estudantes em torno da gestão das escolas. A gestão escolar do ensino primário viria a ser regulamentada pelo Despacho 40/75, de 8 de novembro, que define as atribuições dos órgãos de gestão. Sem caráter obrigatório, incentiva a participação dos pais, das autarquias, das comissões de moradores e de aldeias e estipula que os diretores de escola sejam eleitos pelo Conselho Escolar, organizando as comissões de concelho ou de zona escolar e definindo a existência do Delegado Escolar.

Os professores, com a sua ação, iam construindo a democracia. A democratização da escola estava, ativamente, em construção, contando com a criatividade e competências do corpo docente. A viragem aconteceu e hoje vivemos uma gestão escolar, que, embora mais complexa, não está muito longe daquele tempo, que queríamos ter encerrado com Abril. ●

Bento, (1972). História do movimento associativo dos professores do ensino secundário, 1891-1932. Cucujães: edição do autor.

* Foi membro dos Grupos de Estudo (GEP10)



A gestão democrática das escolas

Uma luta do passado e do presente

MANUELA MENDONÇA (Presidente do CN da FENPROF)

A escola portuguesa após 1974 é, por exigência constitucional, uma escola democrática. A democracia na escola traduz-se em vários planos, convergentes. Entre eles sobressaem as competências dos seus órgãos pedagógicos e de direção aos quais compete, entre outras matérias, zelar pelo pluralismo ideológico, pelo rigor científico, pela formação humanista dos estudantes e pelo desenvolvimento do espírito crítico para uma cidadania consciente, livre e informada.

O foco na promoção da igualdade de oportunidades – de acesso e de sucesso – e na participação democrática na gestão da escola foi um traço distintivo na forma de pensar e viver a escola no pós 25 de Abril. Vários autores dizem até que a democratização do governo e do funcionamento das escolas representou uma dimensão central do próprio processo de democratização política do país.

Podendo considerar-se que, verdadeiramente, a gestão democrática existiu apenas no período revolucionário, e que logo a partir de 1976 se verificou o início do regresso do poder ao centro (para Licínio Lima, foi entre 1974 e 1976 que se

viveu o apogeu da autogestão pedagógica, de uma real autonomia – não concedida mas efetivamente praticada), e sendo certo que a FENPROF desde cedo foi identificando problemas no DL 769-A/76 e, muito mais, no DL 115-A/98, a mudança de paradigma deuse, de facto, com o DL 75/2008, um modelo gerencialista, de inspiração empresarial – um líder, uma equipa, um projeto.

A eleição de comissões de gestão em 1974, depois de conselhos diretivos (1975-1998) e, mais tarde, de conselhos executivos (1989-2008) deu lugar à imposição de um órgão unipessoal, fazendo regressar a figura do diretor/reitor à escola portuguesa. Ao desvalorizar o conselho pedagógico, ao instituir um conselho geral em que os docentes estão em clara minoria, e ao concentrar num órgão de gestão unipessoal poderes de decisão anteriormente atribuídos a outros órgãos, este modelo veio acabar com o que restava da gestão democrática, constituindo hoje um fator favorecedor da erosão da democracia nas escolas e do desgaste pessoal e profissional dos professores.

Sabendo que as questões relativas à direção e gestão dos estabelecimentos de

ensino são da maior importância para a vida das escolas — pela dimensão política que assumem e pela forma como influenciam as relações de trabalho e o próprio clima de escola —, ao longo dos anos de vigência do DL 75/2008, foram muitos os momentos em que a FENPROF procurou, sem sucesso, colocar na agenda política a necessidade da democratização da direção e gestão das escolas. E, no início de uma nova legislatura, é com redobrada preocupação que vemos o atual governo a querer avançar com a criação de um Estatuto do Diretor, abrindo a porta à profissionalização da gestão escolar, objetivo perseguido pela Lei de Bases da Educação, vetada em 2004 por Jorge Sampaio, entre outras razões, por as normas respeitantes à gestão das escolas suscitarem fundadas dúvidas de constitucionalidade.

Então como agora, importa reafirmar que a elegibilidade e a colegialidade dos cargos de direção e gestão são marcas distintivas da administração das escolas em Portugal, constituindo o princípio da eleição um dos fundamentos da gestão democrática, consagrada na Constituição da República. Importa também reafirmar que o modo de vida democrático se aprende com experiências democráticas e que a escola — onde as crianças e jovens passam cada vez mais anos das suas vidas — é o principal espaço de realização dessa aprendizagem. E é por a matriz de organização escolar ter implicações no plano educativo e formativo, que democratizar o governo das escolas é, inquestionavelmente, condição necessária à promoção da democracia e da participação social e cívica. Algo que, por maioria de razão, importa reafirmar nos 50 anos de Abril. ●

“Então como agora, importa reafirmar que a elegibilidade e a colegialidade dos cargos de direção e gestão são marcas distintivas da administração das escolas em Portugal, constituindo o princípio da eleição um dos fundamentos da gestão democrática, consagrada na Constituição da República

PETIÇÃO



sobre atualização das pensões



Graça Fernandes: “Continuem a lutar para que os jovens sintam atração pela profissão docente”

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)

Fotografia Joana Rodrigues



No Ministério da Educação (anos 70), nas escolas e na esfera sindical (SPGL/FENPROF) “trabalhei sempre na formação de professores”, sublinha Graça Fernandes. Para recolher em vídeo o seu testemunho (trabalho de Joana Rodrigues), que passará a fazer parte do acervo do Centro de Documentação da FENPROF, fomos ao encontro de uma lutadora incansável que, com os seus 92 anos, continua a falar com paixão dos tempos em que “muitos se empenharam na renovação” de um sistema educativo marcado por 48 anos de ditadura – “o ensino estava muito carente”...

Recorda nomes como o do seu companheiro Rogério Fernandes (antigo diretor da revista “Seara Nova”), António Teodoro, Helena Pato, Rui Grácio, Manuela Esteves, Lurdes Silva, Ana Carita, “entre tantos outros”. Recorda também a amizade com José Salvado Sampaio, destacando “o trabalho fantástico realizado logo após o 25 de Abril, rasgando novos horizontes para as escolas, formando e valorizando professores e combatendo o analfabetismo”. “Trabalhávamos 24 horas por dia. Havia tanto para fazer no ensino...”.

Dá gosto ouvir o depoimento sereno desta escritora, pedagoga, professora, formadora, dirigente sindical, democrata, que realça a importância de “escolas em que os professores gostem de ensinar e em que os alunos aprendam com vontade e gosto”.

“Não imagina o esforço com que se trabalhava na altura para formar os jovens

professores. Desenvolveram-se autênticas ondas de formação. Na altura, nomeadamente nos governos provisórios, os responsáveis do Ministério da Educação entendiam essa necessidade de formação e sabiam ouvir os sindicatos que levavam para as reuniões propostas muito bem elaboradas”.

Graça Fernandes fala com especial entusiasmo do “muito que se fez pelos professores provisórios, vítimas de uma precariedade brutal (estavam meses à espera sem serem chamados, sem direito a remuneração), sem formação pedagógica, sem qualquer tipo de apoio”.

A autora de “Mais vale cedo do que nunca. Por uma escola diferente no Portugal de 70. Duas medidas inovadoras e as suas histórias” (com Tavares Emídio) (1) realça “a formação em exercício, trabalho intenso e criativo que decorria nas escolas com três áreas fundamentais: a formação-turma, a formação-escola e a formação-sistema educativo”.

E acrescenta:

“Toda a escola se responsabilizava por esta tarefa. A escola atuava com um todo. Concretizava-se, gradualmente, uma clara aposta na valorização dos docentes, trabalhadores reflexivos que contaram com a colaboração de especialistas que se deslocavam às escolas deixando os seus contributos em animados debates e sessões de trabalho”.

“Repito: foi formidável o que se fez nessa altura!”.

Nota-se um renovado brilho nos olhos de Graça Fernandes quando fala dessa vitória que foi a efetivação de milhares de professores.

“Era um gosto ver aquele exército de profissionais finalmente com estabilidade, formados, preparados, bem dispostos, profundamente interessados e empenhados na sua profissão. Alguns até acabaram por fazer, mais tarde, os seus doutoramentos”.

“Deixo aqui”, continua Graça Fernandes, “uma palavra de profundo reconhecimento pelo trabalho dos delegados à profissionalização”.

Deixava de haver professores de 1º, 2º ou 3º...

Observa mais adiante:

“Os sindicatos conseguiram uma coisa magnífica, extraordinária; a carreira única.

Deixava de haver professores de 1º, 2º ou 3º... Foi muito importante e definição do grau de licenciatura como base para a profissão docente”.

No conjunto das grandes conquistas obtidas pelas organizações representativas dos professores, Graça Fernandes aponta também a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino, “hoje, infelizmente, anulada”.

Na sua perspectiva, “é essencial o direito a um órgão de gestão colegial; um processo de eleição direta do órgão de gestão por um colégio eleitoral constituído por todos os docentes e por toda a comunidade educativa”.

“Havendo democracia, as pessoas têm voz ativa. E, já agora, há que lembrar: a democracia defende-se exercendo-a...”

Graça Fernandes continua a acompanhar a vida do seu Sindicato – o SPGL (de que foi dirigente) e a situação do ensino nos dias de hoje. Realça a importância das propostas da FENPROF (foi membro do CN) e dos seus Sindicatos e deixa um apelo:

“Continuem a lutar pela valorização da profissão. Continuem a lutar para que milhares de jovens sintam atração pela profissão docente. Esta é uma matéria primordial nesta altura. É o futuro da escola portuguesa que está em causa!” ●

(1) O lançamento dos 3º e 4º anos experimentais do ensino preparatório e a criação do ciclo unificado de ensino secundário são duas experiências marcantes na história do sistema educativo português, nomeadamente no que respeita ao currículo escolar. Ambas se deram na década de 70 do século passado, uma lançada antes e outra depois do 25 de Abril de 1974. Com momentos de criação separados por essa data histórica de rutura, elas situam-se, afinal, num contínuo de evolução a que não foi estranha a permanência nos respetivos projetos de uma inspiração comum - Rui Grácio. Lançada no tempo do ministro José Veiga Simão, a experiência dos 3º e 4º anos experimentais do ensino preparatório era simultaneamente uma tentativa de alargamento da escolaridade obrigatória (de 6 para 8 anos) e uma lufada de ar fresco nos programas de ensino, em busca de conteúdos e métodos inovadores. Tendo sido abandonada esta experiência no pós-25 de Abril, a sequente criação do ciclo unificado do ensino secundário (7º, 8º e 9º anos de escolaridade), viria, contudo, a retomar-lhe as orientações principais, prosseguindo o caminho para o alargamento da escolaridade obrigatória de 9 anos (que, em todo o caso, só se daria em 1986, com a Lei de Bases do Sistema Educativo). Graça Fernandes e Tavares Emídio conheceram bem estas duas tentativas de mudança porque trabalharam e lutaram pelo seu sucesso, no exercício das funções que desempenhavam na altura (edições Piaget)

Ensino Superior e Ciência MECI comprometeu-se com marcação de nova reunião

JOÃO CRUZ (Membro do DESI / FENPROF)



O Governo eleito a 10 de Março deste ano tomou posse a 2 de Abril, tendo sido empossado o novo Ministro da Educação, Ciência e Inovação (MECI), Fernando Alexandre, responsável por um mega ministério que abarca não só as matérias do ensino superior e da investigação (ESI) mas também do ensino pré-primário, básico e secundário. Voltou-se, assim, a uma orgânica utilizada nos anos da troika, ainda que desta vez os assuntos relativos ao ensino superior tenham ficado sob a tutela direta do ministro que é coadjuvado pelo Secretário de Estado Adjunto e da Educação, pelo Secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa e pela Secretária de Estado da Ciência (SEC).

O MECI solicitou à FENPROF uma reunião para 19 de abril, no quadro do início das relações com as organizações sindicais, especialmente para estabelecer um plano negocial visando o problema da recuperação do tempo de serviço dos colegas do ensino básico e secundário. A delegação da FENPROF a essa reunião incluiu o coordenador do Departamento de Ensino Superior e Investigação com o intuito de apresentar as especificidades laborais do sector do ESI que precisam de intervenção urgente. Curiosamente, a SEC foi a única das três Secretarias de Estado que não esteve presente na reunião.

Um das matérias apresentadas na reunião pela FENPROF, pela sua especial urgência, foi a situação de incerteza laboral que afeta os investigadores. Existem cerca de 3000 investigadores com contratos de trabalho ao abrigo do DL57 (e.g. norma transitória,

CEEC individual ou CEEC institucional) que, na ausência de uma ação imediata do governo, serão ejetados para o desemprego nos próximos 24 meses, através de uma aparente ação deliberada das Instituições de Ensino Superior e Investigação onde trabalham. O programa “FCT Tenure”, apresentado como paliativo, será incapaz de contrariar os efeitos desta vaga de cessações de contratos e não permitirá ultrapassar a precariedade laboral real que ensopa a investigação científica.

A resolução deste gravíssimo problema exige a ação imediata do governo, dando às instituições i) instruções assertivas sobre a obrigatoriedade de cumprirem a lei, designadamente quanto à abertura de concursos para a integração na carreira de muitos destes investigadores e ii) os meios financeiros necessários para cumprirem as suas obrigações salariais e contributivas de forma permanente. Além desta ação imediata, é imprescindível que o governo institua um programa permanente de escala

“**Um das matérias apresentadas na reunião pela FENPROF, pela sua especial urgência, foi a situação de incerteza laboral que afeta os investigadores**”

nacional para a contratação de investigadores, contemplado no OE. Um programa capaz de garantir a manutenção de um quadro permanente de investigadores profissionais nas instituições públicas portuguesas que se dedicam à ciência, incluindo as de regime fundacional e as suas IPFSL. Só assim se pode evitar que as vagas de desemprego assolem ciclicamente os investigadores a cada dois ou três anos e estes vivam dia-a-dia à mercê da incerteza. Qualquer outra ação, por positiva que possa parecer, não combaterá a precariedade, mas apenas camuflará o problema.

Na reunião apontou-se ainda a urgência em concretizar-se uma urgente revalorização dos salários dos docentes e dos investigadores das instituições públicas, cuja perda de poder de compra líquido se situa entre os 17% e 20% num intervalo temporal de 20 anos, e a necessidade de desbloquear as progressões salariais por efeito da avaliação de desempenho. Reivindicou-se também a necessidade de continuar os processos iniciados no final da anterior legislatura relativos à reforma do RJES, revisão do ECIC e criação de um “Estatuto” de carreira para o ESI privado e cooperativo

Dadas as especificidades e a dimensão dos problemas que pedem o trabalho “pró-ativo” do novo ministério, o ministro comprometeu-se em realizar uma reunião com a FENPROF especificamente dedicada a estabelecer um plano negocial para o ESI. No dia 03 de Maio, por ocasião da segunda reunião MECI-FENPROF, o ministro garantiu que a essa reunião será agendada para muito breve. ●

25 de ABRIL
50
anos

Abril confirmou que as portas da Democracia não se fecharão!

Os desfiles e manifestações realizados em 25 de Abril de 2024 ficarão para a memória como das grandes afirmações dos Portugueses em defesa da Liberdade, da Democracia, dos valores e das conquistas de Abril. As escolas, como as ruas, encheram-se de cravos e alegria. Os professores ensinaram aos seus alunos o que foi e continua a ser Abril. Nas ruas houve gente como há muito não havia, a deixar uma certeza "Não passarão!". Não passarão aqueles que continuam a querer ajustar contas com Abril; esses que vomitam discursos de ódio e cospem intolerância sobre a diferença; os mesmos que golpeiam Abril, considerando a Democracia uma noite ainda mais profunda do que os 48 anos de trevas em que o fascismo mergulhou Portugal e os portugueses; não passará o

racismo e a xenofobia e não será a extrema-direita, o seu chefe ou os deputados que conseguiu eleger com o discurso populista e mentiroso que adota, que porão fim à Democracia alcançada em 1974. Há problemas por resolver? Há! Pobreza, exclusão, desvalorização de quem trabalha, pouco investimento nos serviços públicos... são, infelizmente, problemas que se arrastam, mas a responsabilidade não é de Abril, mas de políticas que têm sido prosseguidas. Apesar dos problemas, a situação não tem comparação com a que marcou a longa noite fascista. Não tem porque hoje os portugueses podem sair à rua, sem medo, exigir e lutar pelos seus direitos. E no final de cada manifestação de protesto e exigência, podem regressar a casa sem medo de terem a polícia à porta para os levar presos. Para os interrogar, torturar, matar em lugares

como Peniche, Caxias, Aljube, noutros mais longínquos, como o Tarrafal ou, ainda, em sítios próximos das suas casas, como os calabouços da PIDE/DGS na terra em que viviam. É disto que a extrema-direita tem saudades e seria esta a luz que iluminaria a sociedade que o seu proto führer gostaria de acender, mas não conseguirá! Foram muitos, muitos mil a reafirmar Abril e pena foi que a comunicação social nacional, designadamente as televisões tivessem ignorado os grandiosos desfiles que aconteceram fora de Lisboa e Porto e, no caso de Faro, o canal público tivesse mentido ao dizer não ter comparecido quase ninguém, quando nessa cidade a presença de pessoas na rua foi igual à que aconteceu em todo o país (de que damos conta num álbum que continuará a ser atualizado). | www.fenprof.pt





1.º MAIO


Afirmação dos trabalhadores como fator determinante de desenvolvimento e de progresso

Mais do que uma celebração, as ações convocadas hoje pela CGTP-IN em todo o país traduziram-se numa forte participação dos trabalhadores e em muita determinação para combater a injustiça e valorizar o trabalho. Por todo o país, milhares de trabalhadores, organizados nos seus sindicatos, mas também muitos que, sem filiação, decidiram juntar-se às manifestações desfiles e concentrações convocados pela CGTP-IN para se afirmarem como fator determinante do desenvolvimento e de progresso. Intervindo em nome da Comissão Executiva da CGTP-IN no final da manifestação realizada em Coimbra, entre a Praça da República e a Praça 8 de Maio, esta tarde, Anabela Sotaia lembrou que “apesar das adversidades, os trabalhadores nunca desistiram. Uniram-se, organizaram-se e lutaram por um mundo melhor”, para demonstrarem que “juntos são invencíveis”.

Invencíveis perante a adversidade, a chantagem do capital e do poder que o suporta. Apelando à resistência ao “ataque alicerçado numa campanha ideológica que procura apresentar como natural e inevitável a perda de retribuições e de direitos laborais e sociais” a dirigente da CGTP-IN lembrou a perda de poder de compra o aumento da inflação, os custos com a habitação, ao mesmo tempo que os lucros de grandes grupos económicos e financeiras dispararam de forma escandalosa. A também dirigente da FENPROF e do SPRC depois de elencar um conjunto de perdas e desvalorizações relacionadas com salários, emprego, horários de trabalho, desvalorização do investimento público e carreiras profissionais exortou os presentes a continuarem a sua ação corajosa com confiança no futuro e na sua central sindical. Como disse, “se existe cada vez mais capacidade de às necessidades dos povos” essa construção é sua, dos trabalhadores,

numa alusão à necessidade de uma maior distribuição da riqueza, a qual só poderá acontecer se houver “uma rutura, uma real mudança, que coloque o país a produzir e a crescer, que garanta a todos os que querem aqui viver e trabalhar as condições que hoje lhes são negadas”. Num claro alerta para as políticas que são defendidas pelo atual governo e pela maioria de direita no parlamento, Anabel Sotaia salientou que é necessário “o reforço e a melhoria dos serviços públicos, o seu funcionamento fora das lógicas do mercado e a defesa do seu carácter público, universal e de qualidade”, pois “é no seu reforço e melhoria que reside a garantia de continuidade de acesso de todos a serviços de qualidade”. “Não há inevitabilidades”, rematou, “exigem-se respostas aos problemas dos trabalhadores e do povo em geral e aos problemas do país”. | www.fenprof.pt •

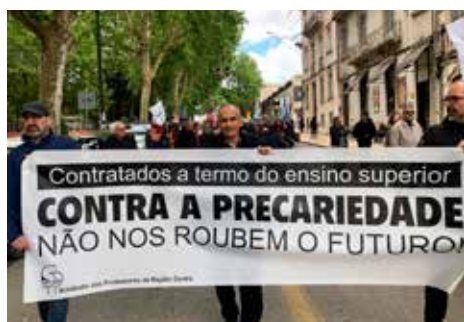




Uma palavra de solidariedade

Tiago Oliveira,
Secretário Geral da CGTP-IN

(...) Daqui, deste grande 1º Maio enviamos uma palavra de solidariedade para com todos os trabalhadores que tem estado em luta pelo aumento dos salários e por direitos. Em todos os setores, em todo o país, os trabalhadores afirmam que não há inevitabilidades e exigem respostas aos seus problemas e aos problemas do País. Na indústria, comércio, têxteis, hotelaria, alimentação, banca, seguros, transportes e telecomunicações, nos serviços públicos, na saúde, nas autarquias, na educação, os trabalhadores dão voz às suas reivindicações, no exercício dos seus direitos fundamentais (que alguns procuram pôr em causa), mas também em defesa das funções sociais do Estado, de um outro rumo para o país, tanto nos locais de trabalho como nas ruas. E a luta é o caminho camaradas e amigos, porque todas as conquistas foram alcançadas a pulso, com a unidade e com a certeza que organizados somos mais fortes. Estamos confiantes e determinados. A CGTP-Intersindical Nacional é de facto a maior organização social em Portugal e está e estará sempre com os trabalhadores. E por isso uma saudação muito forte aos trabalhadores e setores que já assumiram lutas no futuro próximo, como é a **Jornada Nacional de Luta dos Trabalhadores da Administração Pública no próximo dia 17 maio** entre muitas outras. Este é o caminho (...) •



Para imprimir força e alegria na luta pela valorização do trabalho

Juventude tem papel decisivo

1. A vida dos jovens

A realidade dos jovens trabalhadores continua marcada pelos condicionamentos impostos à sua emancipação por via da manutenção e aprofundamento da política de baixos salários, pela instabilidade gerada pela normalização dos vínculos precários que obrigam ao adiamento de projectos e planos de vida, pela chantagens do patronato que através destes vínculos reprimem o exercício de direitos laborais, sindicais e sociais pela juventude.

Os jovens trabalhadores continuam a ser sujeitos aos mais violentos e desregulados horários de trabalho, quebrando um tão necessário equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar, impossibilitando também uma mais ativa e presente participação na sociedade.

O aumento do custo de vida, que pesa de forma particularmente severa na vida de um jovem, veio contribuir para uma já generalizada degradação das condições de vida da juventude. Os aumentos nos juros e nas rendas, impulsionadas pela especulação no mercado imobiliário, afastam cada vez mais os jovens do seu direito constitucional a uma habitação digna e de qualidade. A degradação dos serviços públicos, desde a saúde, com o desinvestimento no SNS, o ataque à escola pública, até à degradação do serviço público de transportes, tem impacto junto dos jovens, e é ainda mais nocivos para os que vivem e trabalham no interior do país.

2. A situação política

Os resultados das eleições legislativas não traduziram uma mudança de rumo necessária, assente na resposta aos problemas concretos da juventude trabalhadora. Antes, representaram a acentuação do rumo da política de direita, contra os interesses dos trabalhadores e o desenvolvimento do País, a favor do agravamento da exploração,

das injustiças e desigualdades sociais, do ataque aos direitos e à democracia e de comprometimento da soberania nacional.

3. A ação

A juventude trabalhadora tem um papel decisivo para imprimir força e alegria na luta pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, pela mudança de rumo na construção de um Portugal desenvolvido e soberano, por um país onde possam viver e trabalhar com direitos e dignidade, com os valores de Abril no futuro de Portugal.

Os jovens trabalhadores assumem aqui o empenhamento em intensificar a luta nas empresas e locais de trabalho, por melhores condições de trabalho e de vida, pelas reivindicações específicas e mais gerais, organizados nos sindicatos da CGTP-IN.

(Passagens da resolução aprovada na manifestação nacional de jovens trabalhadores, em 27 de março, em Lisboa e no Porto)



As provas de aferição iniciaram-se no dia 2 de maio.

São as provas do 2.º ano (Educação Física e Educação Artística) que poderão decorrer até 13 de maio. Entre 16 e 27 de maio prevê-se a realização das provas de 5.º ano – Educação Musical e 8.º ano – Componente de produção e interação orais de Inglês. A segunda fase destas provas decorrerá mais tarde, nos dias 3, 6, 11 e 18 de junho.

Como é público, os professores que a quem são atribuídas funções de apoio ou manutenção dos equipamentos tecnológicos e ao suporte técnico das provas digitais poderão fazer greve, caso tenham de exercer essa tarefa, uma vez que a mesma não integra o conteúdo funcional da profissão docente. Serão, principalmente, docentes de Informática. Contudo, nesta primeira fase, esta greve não tem implicação nas provas de aferição, pois não se realizam em meio digital. Terá, sim, nas provas previstas para junho.

Entretanto, os Sindicatos da FENPROF apuraram outro problema na realização destas provas. Na maioria das escolas, sem que sejam dispensados de desenvolver todo o trabalho inscrito na sua componente letiva e não letiva de estabelecimento, os professores estão a ser convocados para tarefas decorrentes da realização das provas de aferição (aplicadores, classificadores e outras), o que configura um abuso dos limites temporais do horário semanal docente, consagrados no Estatuto da Carreira Docente (ECD) e na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTP).



Alunos estrangeiros nas escolas portuguesas: Garantir a inclusão

Há que garantir a inclusão dos alunos estrangeiros nas escolas portuguesas.

E para além do empenhamento, da criatividade e da determinação com que muitos professores “agarraram” este desafio, é urgente uma política de sensibilidade e de apoio do Ministério da Educação.

Foi à volta deste tema que decorreu o interessante debate online que a FENPROF realizou no passado dia 23 de abril, no âmbito da Semana de Ação Global pela Educação, uma iniciativa do Conselho da Europa para sensibilizar para a importância da educação na construção de um mundo mais sustentável e equitativo. A iniciativa foi enriquecida pela experiência de quem está no terreno, nos respetivos agrupamentos: Luis d’Amaral, do AE Nuno Gonçalves, Lisboa; Filomena Mourinho (AE 1 de Serpa); e Adriana Guerreiro (AE Gil Vicente, Lisboa).

O debate foi moderado por Anabela Sotaia, do Secretariado Nacional da FENPROF e contou com a preciosa colaboração de Flávia Silva, em Língua Gestual.

Nas escolas portuguesas, o número de alunos estrangeiros triplicou nos últimos

dez anos, sendo já cerca de 140.000, correspondendo a 10% da população escolar. Veja-se, por exemplo, o caso do Agrupamento nº1 de Serpa: dos seus 1 000 alunos (5 escolas), 100 são de 10 países, com destaque para o Brasil, a Moldávia e o Paquistão. Os professores dão o melhor de si para responder a esta nova realidade, ou seja, para garantir a inclusão destes alunos, mas, ao mesmo tempo, alertam para a necessidade de um conjunto de melhorias, nomeadamente em termos de condições de trabalho e de apoios adequados nas escolas, na área da formação de professores. São necessários mais docentes de PLNM (Português Língua Não Materna) e turmas de menor dimensão.

Com a realização deste debate, a FENPROF deu um contributo para a reflexão em torno desta matéria e reforçou a sua preparação para instar o Ministério a tomar as medidas indispensáveis e urgentes. Como disse um dos participantes no debate, “não podemos desistir”.

Pistas interessantes

Revelando práticas em desenvolvimento nas respetivas escolas e deixando, ao mesmo tempo, propostas para a construção de

melhores estratégias para responder às situações criadas com a vinda destas crianças e destes jovens, os participantes no debate promovido pela FENPROF deixaram pistas interessantes nomeadamente sobre condições de trabalho que as escolas deveriam ter para garantir a inclusão dos alunos estrangeiros, os recursos humanos essenciais, as relações a estabelecer com as famílias e a dinâmica dos projetos que vão surgindo para apoio ao trabalho.

“A qualquer altura do ano”, sublinhou um dos participantes, “chegam alunos emigrantes que têm de ser integrados e que não têm bases”. | JPO •



Gravação da iniciativa em:
<https://tinyurl.com/Inclusaofenprof>



Um caso expressivo

“Escola Sem Fronteiras”, projeto de inclusão de alunos estrangeiros na Escola Secundária Jorge Peixinho, Montijo

Ao receber os estudantes de diferentes origens, não promovemos apenas a diversidade, mas também enriquecemos o ambiente escolar, preparando os nossos próprios alunos para um mundo cada vez mais multicultural. A inclusão de alunos estrangeiros nas escolas portuguesas é um aspeto importante para promover a diversidade, a tolerância, a compreensão intercultural e a igualdade de oportunidades educacionais, destaca o projeto em curso na Secundária Jorge Peixinho, no Montijo (distrito de Setúbal). Aqui ficam os seus objetivos centrais:

1. Promover a Integração Cultural e Social: um dos principais objetivos é proporcionar um ambiente acolhedor e inclusivo, onde alunos estrangeiros se sintam parte da comunidade escolar, criando atividades que incentivem a interação entre estudantes locais e estrangeiros, ajudando a desenvolver amizades e a compreender a cultura local.

2. Incentivar a Aprendizagem da Língua Portuguesa: aprender a língua do país de acolhimento é fundamental para o sucesso académico e social dos alunos estrangeiros. A escola disponibiliza aulas de Português Língua não Materna (PLNM) para ajudar esses alunos a adquirir e aperfeiçoar as competências linguísticas necessárias para acompanhar as aulas e para comunicar.

3. Adaptar as Práticas Pedagógicas: a escola deve ajustar as suas abordagens de ensino para atender às necessidades dos alunos estrangeiros, que pode envolver o uso de métodos de ensino visual, atividades práticas e o incentivo à participação ativa em sala de aula para garantir que todos os alunos compreendam o conteúdo.

4. Oferecer Apoio Educacional Específico:

os alunos estrangeiros podem enfrentar desafios únicos de adaptação e aprendizagem. Portanto, é importante disponibilizar serviços de apoio, como tutorias individuais, aulas de apoio e serviços de aconselhamento, para auxiliar no acompanhamento do currículo e na superação de dificuldades.

5. Celebrar a Diversidade e a Inclusão: a escola pode e deve organizar eventos culturais, exposições e atividades que destaquem as diferentes origens dos alunos e incentivem a partilha de tradições, não apenas para enriquecer o ambiente escolar, mas também para ajudar a desenvolver a empatia e a valorização da diversidade entre todos os alunos.

6. Respeitar os Direitos Humanos e a Igualdade: negar a inclusão de alunos nascidos no estrangeiro e não falantes de Português na escola seria uma violação do princípio de Igualdade e dos Direitos Humanos consagrado na Constituição da República - Todos têm o direito à educação, independentemente de sua origem étnica ou linguística.

Decididamente, ao permitir a inclusão de alunos nascidos no estrangeiro, a escola pode estabelecer um ambiente rico e benéfico tanto para os próprios alunos estrangeiros quanto para a comunidade escolar como um todo. Assim, através desta abordagem não apenas se enriquece a experiência educacional dos alunos, mas também se contribui para um ambiente mais acolhedor, diversificado, tolerante e globalmente consciente, promovendo o sucesso educacional e o crescimento pessoal de toda a comunidade escolar. •



Escola SEM Fronteiras,
Projeto de Inclusão de
Alunos Estrangeiros



“Os trabalhadores têm direito a viver melhor!”

Apesar das dificuldades e imensos desafios, os trabalhadores sabem que não há inevitabilidades. Sabem que a sua mobilização, intervenção e luta será determinante para a mudança de rumo tão necessária para o País.

O que os trabalhadores e o País precisam é de uma política alternativa, assente nos valores de Abril e no cumprimento da Constituição da República Portuguesa, que distribua a riqueza de forma justa, que respeite e valorize o trabalho e os trabalhadores, que promova o aumento da produção nacional, que recupere para o Estado as empresas e sectores estratégicos, que defenda e invista nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado e que avance com a regionalização.

A luta desenvolvida, que tem permitido aumentar salários, defender e conquistar direitos, reduzir horários e rejeitar adaptabilidades e bancos de horas, combater a precariedade e garantir a aplicação de direitos consagrados na contratação colectiva, é o caminho que temos de continuar a percorrer e intensificar todos os dias.

O aumento geral e significativo dos salários é determinante para uma estratégia de desenvolvimento, a melhoria das condições de vida, o combate à pobreza, melhores pensões de reforma no futuro, o estímulo à actividade económica e à produção nacional, o reforço da segurança social e do investimento nos serviços públicos.

Vamos, pois, intensificar o esclarecimento, a mobilização e a luta. Os trabalhadores têm direito a viver melhor!

Vamos, a partir deste grandioso 1º de Maio, lutar com mais determinação contra as injustiças e as desigualdades, pelos valores de Abril e por um Portugal desenvolvido, justo, solidário e com futuro. •

Da resolução aprovada na jornada do 1º de Maio/2024, promovida em todo o país pela CGTP-IN, num total de mais de 3 dezenas de ações



SPE com nova Direção

Sindicato aposta na retoma das negociações



Com a designação do novo Secretário de Estado das Comunidades, o Sindicato dos Professores no Estrangeiro, membro da FENPROF, manifesta as suas fundadas esperanças na retoma das negociações e na resolução rápida dos problemas vividos pelos professores a trabalhar no Ensino Português no Estrangeiro (EPE).

O Sindicato chama a atenção para a necessidade de criação de um quadro de zona pedagógica afetado ao MNE que permita o acesso à mobilidade (1ª prioridade), “como forma de acabarmos com a precariedade no EPE, a revisão do Regulamento Interno de Avaliação que tantos conflitos tem gerado na avaliação do desempenho dos docentes em EPE e a revisão real e efetiva das tabelas salariais em vigor desde 2010”.

“Apesar de termos entregado documentos e propostas aos sucessivos Secretários de Estado, ainda nada foi feito no sentido de se encontrar uma forma clara e equitativa de retribuição salarial que permita aos professores no estrangeiro enfrentar a galopante escalada do custo de vida alicerçada por uma inflação que asfixia os já magros salários auferidos pelos docentes”, alerta o SPE.

Entretanto, no passado dia 17 de fevereiro reuniu estatutariamente a Assembleia Geral do SPE/FENPROF para a eleição da nova direção que agora preside aos destinos do sindicato. Com uma considerável afluência de sócios e no cumprimento da Ordem de Trabalhos previamente anunciada pelo Presidente da MAG apresentou-se uma lista que foi aceite e votada pelos presentes. Foi constituída a Comissão Executiva e Bruno Monteiro da Silva é o novo Presidente/Secretário-geral do SPE, Joana Marmelo a Secretária-geral adjunta e a Maria da Glória Cardoso a Tesoureira. Foram também eleitos os vogais. ●

Plataforma digital de acesso ao Centro de Documentação



Assinalando 41 anos de existência e 50 anos do 25 de Abril, FENPROF divulga a plataforma digital de acesso ao seu Centro de Documentação. Renova-se e simplifica-se, desta forma, o acesso a vasta informação sobre Educação, Sindicalismo e, também, sobre a resistência e luta dos professores antes do 25 de Abril de 1974.

A FENPROF tem um Centro de Documentação com milhares de títulos, o qual é muito solicitado por professores em geral e por investigadores, principalmente da área das ciências sociais, para os seus projetos de investigação. Com espólio sindical vastíssimo e centenas de documentos de relevante interesse profissional e pedagógico, a FENPROF decidiu renovar e simplificar o acesso aos dados existentes, criando, para o efeito, uma plataforma para requisição e consulta destes mesmos documentos. Essa plataforma, disponível em Centro de Documentação da FENPROF (<https://cd.fenprof.pt/Opac/Pages/Help/Start.aspx>), ficou disponível desde 30 de abril de 2024, data em que a Federação completou 41 anos.

Entre outros documentos, destacam-se o historial sobre a criação da FENPROF, bem como o espólio dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente que tiveram particular

importância antes do 25 de Abril de 1974, quando os Sindicatos de trabalhadores da Administração Pública eram proibidos. Estes Grupos de Estudo foram o embrião dos sindicatos livres criados após o 25 de Abril. Em relação a esse espólio, ele ficará disponível online, com todo o material praticamente digitalizado, a partir do dia 13 de maio.

Mais de 8 mil registos

No total, o Centro de Documentação da FENPROF constitui um vasto acervo documental com mais de oito mil registos, em que se destacam temas como as Ciências da Educação, o Sindicalismo Docente ou o Mundo Laboral em geral. Também poderão ser consultados documentos relativos a alguns dos processos negociais mais importantes desenvolvidos entre a FENPROF e as diversas equipas governativas da Educação, tais como documentos apresentados por ambas as partes, pareceres entregues pela FENPROF, propostas e projetos entregues ao governo, ao longo dos últimos 42 anos. Estarão, ainda, disponíveis todos os números do Jornal da FENPROF e de muitos outros jornais sindicais, revistas temáticas, entre muito outro material, que estará, agora, disponível para quem deles necessitar. ●



www.fenprof.pt

RA Açores

SPRA divulga caderno reivindicativo



Uma educação pública de qualidade deve ser um instrumento de ação social e económica ao serviço do desenvolvimento e da autonomia dos Açores,

independentemente da diversidade dos perfis políticos dos Governos. Uma educação pública de qualidade, de Santa Maria ao Corvo, é um direito intrínseco à cidadania e um dever intrínseco da governação como suporte do próprio regime autónómico e do garante da coesão dos residentes na Região e da coesão territorial do próprio arquipélago.

Esta é uma passagem do caderno reivindicativo que o Sindicato dos professores da Região Açores (SPRA) divulgou recentemente e no qual se manifestam



as preocupações e as propostas que os associados e a grande maioria dos docentes sentem na Região.

O documento (versão integral em www.spra.pt) aborda e apresenta reivindicações para o combate à falta de docentes, as assimetrias na sua distribuição pelas 9 ilhas, os concursos de pessoal docente, o tempo de serviço em creche, a educação inclusiva, a recuperação do tempo de serviço, a remuneração dos docentes em contrato a termo e a melhoria das condições de trabalho.

Limites máximos na distribuição do serviço

O SPRA defende a fixação, por docente, de limites máximos de 100 alunos, de 5 turmas e de 2 disciplinas, níveis ou áreas curriculares. A ultrapassagem destes limites deve ter, como consequência, a redução de um tempo da componente letiva, a ser atribuída por cada 20 alunos ou fração, turma, disciplina, nível ou área curricular, refere o caderno. ●

RA Madeira

Celebrar a votar



em eleições, sobretudo, na RAM, onde, para além dos atos eleitorais comuns a todo o território nacional (eleições para a Assembleia da República, dia 10 de março passado, e eleições europeias, dia 9 de junho), teremos as eleições

antecipadas para a Assembleia Legislativa Regional, dia 26 deste mês, causadas pela crise política decorrente das buscas ordenadas pelo Ministério Público, em janeiro passado.

No Sindicato dos Professores da Madeira, todos esperam que o resultado deste ato eleitoral seja uma homenagem à Revolução dos Cravos, o que só acontecerá se delas não resultar o crescimento das forças antidemocráticas e se o governo que vier a ser constituído tiver como uma das suas prioridades a melhoria do serviço público de educação, nomeadamente mostrando abertura para a resolução das reivindicações dos seus profissionais.

A nível da classe docente, resolvido o problema da recuperação do tempo de serviço congelado, exige-se, entre outras medidas, a recuperação de todo o tempo perdido, independentemente da sua natureza; o fim do atual modelo de avaliação; o fim das quotas para progressão; a regularização dos horários de trabalho; a adoção de medidas concretas de combate ao desgaste dos docentes; a renovação do corpo docente, como forma de combater a grave falta de professores. Esta será a forma de os professores e os educadores da RAM sentirem, mais uma vez, 5 décadas depois, a concretização dos ideais de Abril nas suas vidas.

Por fim, uma nota sobre as eleições do nosso Sindicato (15 de maio), que são, também, uma forma de celebrar Abril, já que o SPM é um dos filhos da Revolução, uma vez que surge no processo de criação dos Sindicatos de Professores, de que o SPGL é o primeiro.

Viva o 25 de Abril! Viva a democracia! ●

Educação Ambiental nas áreas protegidas e ao ar livre

JOSÉ JANELA (QUERCUS)



Avivência na natureza e ao ar livre é necessária para uma educação integral do ser humano e é uma parte da Educação Ambiental, pois as atividades na natureza são propiciadoras de um envolvimento afetivo. As atividades ao ar livre terão aqui, como sempre tiveram um papel insubstituível. O contacto com os elementos, com o vento, com a chuva, com a terra ou com as árvores

estimula os sentidos estreitando os laços entre as crianças, os jovens e todos os seres humanos e o meio onde vivem, ajudando a tomar consciência que a humanidade faz parte integrante da natureza.

Não são apenas os professores de determinadas áreas disciplinares que estão implicados na Educação Ambiental. Todos os docentes são responsáveis pela Educação Ambiental que faz parte de um domínio transversal e obrigatório de todos os níveis de ensino da Educação para a Cidadania. O Referencial da Educação Ambiental para a Sustentabilidade constitui um instrumento que todos os docentes, de todos os graus de ensino e de todas as disciplinas, dispõem para o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental. Nele estão incluídos os temas, que abarcam a Sustentabilidade, Ética e Cidadania, a Produção e Consumo Sustentáveis, o Território e Paisagem, as Alterações Climáticas, a Biodiversidade, a Energia, a Água e os Solos. O documento inclui ainda os resultados de aprendizagem, como o de os alunos compreendam os seus direitos e deveres enquanto cidadãos face

ao ambiente, constituindo um contributo para o desenvolvimento de competências imprescindíveis para responder aos desafios da sociedade do século XXI. Um dos objetivos do Referencial é “Conhecer os parques naturais e áreas protegidas de Portugal como parte da estratégia para a conservação da Biodiversidade” e “Participar em visitas a Áreas Protegidas, visando a interiorização de regras de conduta responsáveis”.

A Educação Ambiental em áreas protegidas implica deslocamentos que nem sempre estão universalmente disponíveis. No entanto é algo que deve ser prosseguido porque as saídas da escola são educativas, as viagens formam a juventude. O contacto direto com a natureza é essencial para a sua preservação. Numa outra perspetiva, a ligação à natureza contribui para o bem-estar e saúde dos jovens.

A Quercus tem tentado responder a solicitações por parte das escolas para orientar visitas de estudo e saídas de campo, contribuindo para um maior conhecimento da natureza, essencial para a sua preservação. ●



O aumento brutal do custo de vida é insustentável para a esmagadora maioria das mulheres que vive com salários e pensões abaixo da média nacional, circunstância que acentua a sobrecarga das mulheres no seu dia-a-dia e mantém a relação intrínseca entre as desigualdades e discriminações estruturais persistentes no nosso País.

O alerta é do MDM (Movimento Democrático de Mulheres) e abre o texto da petição “Pela igualdade na vida, aumentar

MDM lança Petição São urgentes medidas de combate ao agravamento das condições de vida

salários e pensões, controlar preços e conter o aumento do custo de vida”, que aquela organização lançou a partir da sua página www.mdm.org.pt.

O MDM evoca a Constituição da República Portuguesa, nomeadamente o seu Artigo 9º: “Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais”.

A petição solicita à Assembleia da República que debata as condições essenciais ao combate ao agravamento das condições

de vida das mulheres e à concretização da igualdade na vida aprovando medidas concretas que, no imediato, visem:

1. O aumento geral dos salários, designadamente do salário mínimo nacional para 850€ e o aumento das reformas e pensões;
2. O controlo e redução dos preços dos bens alimentares, da energia e da habitação;
3. A redução do IVA na eletricidade, no gás e nas telecomunicações;
4. O acesso a cuidados de saúde para todos, através do SNS;
5. O acesso à gratuitidade das creches para todos. ●



Nuno Júdice Cultura portuguesa ficou muito mais pobre

Nuno Júdice faleceu no passado dia 17 de março, em Lisboa. A literatura e a cultura portuguesa ficam muito mais pobres. À família e aos amigos, a FENPROF, representando o sentir dos professores portugueses, manifestou sentido pesar por esta enorme perda.

Nuno Júdice foi Prémio Literário António Gedeão (FENPROF/SABSEG), em 2016, com a sua obra “A Convergência dos Ventos”.

Destacado poeta, ensaísta e professor português, Nuno Júdice nasceu a 29 de abril de 1949, na Mexilhoeira Grande, Portimão. Foram significativos os seus contributos para a literatura e cultura portuguesas, sendo conhecido pelo seu estilo elegante, imagens ricas e profundidade intelectual.

Nuno Júdice estreou-se em livro em 1972 com “Noção de Poema”, tendo construído uma obra extensa e muito traduzida no estrangeiro.

Iniciou a sua atividade poética regular com a publicação de poemas no suplemento “Juvenil”, do vespertino “Diário de Lisboa”. É autor de vários livros de poesia, entre os quais “A Noção de Poema”, “A Quarta Pessoa do Singular” e “A Convergência dos Ventos”. As suas obras exploram frequentemente

temas como a memória, a identidade e a condição humana, misturando influências clássicas e modernas.

Além da poesia, Júdice escreveu ensaios sobre literatura e crítica de arte. Traduziu também obras do inglês e do francês para o português, enriquecendo ainda mais o panorama literário de Portugal.

Ao longo da sua carreira, Nuno Júdice recebeu vários prémios de prestígio, entre os quais o Prémio Pen Club de Poesia, o Prémio D. Dinis e o Prémio Pessoa, um dos mais prestigiados prémios literários em Portugal.

De 1992 até 1997 foi professor do ensino secundário e depois professor universitário, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova. Lecionou também em universidades de Portugal e no estrangeiro, partilhando o seu conhecimento e paixão pela literatura. Foi durante anos diretor da revista “Colóquio/Letras”, da Fundação Gulbenkian. Teve ainda uma relevante atividade cultural em Paris, no Instituto de Cultura Portuguesa, associado à representação diplomática de Portugal naquela cidade.

Nuno Júdice é reconhecido como um dos mais distintos poetas contemporâneos de Portugal, contribuindo significativamente para o património literário do país. ●

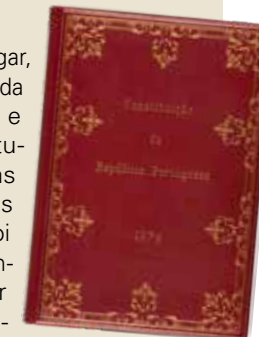
Nos 48 anos da Constituição da República

É preciso exercer, divulgar, celebrar a Constituição da República Portuguesa e alertar todos os portugueses e portuguesas para que não seja mais subvertida. O alerta foi deixado no Apelo recentemente lançado por um conjunto de organizações, incluindo a FENPROF, que assinalaram em Lisboa os 48 anos da aprovação da Constituição. Sob o lema “Comemorar a Constituição de Abril”, a iniciativa decorreu no passado dia 2 de abril, a partir do Largo do Carmo. Estiveram presentes vários dirigentes, delegados e ativistas sindicais da FENPROF.

Todos têm direito à segurança social, à proteção na saúde através do SNS, o direito à habitação e urbanismo, o direito ao Ensino e à Cultura, ao Desporto e ao lazer, ao ambiente e qualidade de vida, na defesa dos direitos das mulheres, na defesa da infância e juventude, terceira idade, e cidadãos portadores de deficiência, sublinha o Apelo.

O documento foi subscrito por várias organizações unitárias com intervenção na área política, económica, social e cultural, nas questões laborais e sociais, na saúde, educação e habitação, na área da Paz entre os povos e a cooperação entre eles, na luta contra a xenofobia, racismo e anti imigração, na área das mulheres e ainda na área da cultura e lazer, da juventude e crianças, na terceira idade e na área das pessoas com deficiência.

A Constituição da República Portuguesa aprovada e promulgada foi, sem dúvida, uma enorme conquista de todos os portugueses e portuguesas, um extraordinário documento feito pelo povo e virado para o povo, tornando-a uma das mais progressistas de todo o Mundo. ●





Milhares na rua

Pelo fim do genocídio, pela paz no Médio Oriente, por uma Palestina livre e independente!

A CGTP-IN, o CPPC (Conselho Português para a Paz e Cooperação), o MPPM (Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente) e o Projeto Ruído convocaram para a tarde do passado dia 6 de abril uma nova manifestação junto à embaixada de Israel em Lisboa, que reuniu milhares de pessoas. Também nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio foi destacada a solidariedade dos portugueses com o povo da Palestina.

“O tempo exige a intensificação da solidariedade dos trabalhadores e do povo português, em luta pela paz, pelo fim da agressão e do massacre, por uma Palestina livre, soberana e independente”, sublinham aquelas organizações, que acrescentam:

“O estado israelita continua uma agressão violenta sobre a faixa de Gaza, bloqueando a entrada de alimentos, água e combustível, acrescentando aos bombardeamentos a crueldade da fome, do frio e exaustão. Uma tentativa de genocídio com a conivência cínica

dos EUA, da NATO e da União Europeia, que continuam a apoiar militarmente a ocupação israelita. O tempo exige o fim da ação genocida de Israel. Exige um cessar-fogo imediato e duradouro e o cumprimento do direito internacional.”

Como sublinham os organizadores da ação realizada na capital, integrada no vasto movimento de solidariedade nacional e internacional, há que terminar com o massacre das populações, há que garantir a paz, a liberdade e a soberania para a Palestina.

“É possível e necessário parar a máquina de guerra e a ação genocida de Israel e dos seus cúmplices dos EUA e da UE. Exigimos o cessar-fogo imediato, incondicional e duradouro! Exigimos o fim do genocídio perpetrado por Israel. Exigimos do governo português que cumpra a Constituição da República Portuguesa e se empenhe, sem ambiguidades, na exigência da paz e que reconheça o Estado Palestino, livre, independente e soberano”.

Destruição do setor educativo na Palestina

A Embaixada da Palestina em Espanha publicou recentemente, na sua página institucional, um artigo acerca dos danos provocados no setor educativo da Palestina, no contexto da ocupação e dos ataques pelo Estado de Israel.

O texto relata a destruição completa de um sistema educativo e divulga os dados mais recentes, que revelam que “desde 7 de outubro até hoje, 100 escolas e universidades foram completamente destruídas, 305 escolas e universidades foram parcialmente destruídas e 246 funcionários do sector da educação (professores e pessoal administrativo) foram mortos”.

Pode ler a versão completa do texto (no original em Espanhol) em: <https://shorturl.at/cADQY>

FENPROF solidária com professores em greve na Argentina

Os professores da Argentina estiveram em greve no passado dia 4 de abril. Reclamam a realização de negociações, a reposição do valor mínimo do salário, o reforço de verbas para a Educação e o aumento das pensões de aposentação. Também contestam a política de privatização por via do cheque-ensino, que se iniciou, e o desmantelamento do setor da ciência e tecnologia.

A greve foi convocada pela Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA), organização que luta contra um governo de

extrema-direita que, apesar da sua recente eleição, já consumou o despedimento de 15 000 trabalhadores do setor público e extinguiu o ministério da Educação, transformando-o numa mera secretaria de Estado.

A ação de luta de 4 de abril expressou também a solidariedade aos trabalhadores do Estado, sobretudo aos afectados pelas medidas do Governo de Javier Milei, e denunciam a “militarização” dos órgãos do Estado, “com um desdobraimento repressivo inaceitável, antidemocrático e muito perigoso”.



Nações Unidas

Painel de alto nível lança recomendações para que a profissão docente seja valorizada e respeitada

MANUELA MENDONÇA (Presidente do CN da FENPROF)



O Painel de Alto Nível sobre a Profissão Docente foi criado pelo secretário-geral das Nações Unidas em resposta à alarmante falta de professores a nível mundial. Juntando ministros da educação e do trabalho, antigos presidentes, representantes dos sindicatos dos professores e das entidades empregadoras, académicos, professores e estudantes de todos os continentes, o painel elaborou 59 recomendações, em que se apela a uma ação urgente dos governos para pôr fim à escassez de professores.

Incluídas nessas recomendações estão questões como:

- o reconhecimento claro de que a falta de professores só será revertida se houver vontade política para resolver problemas como salários não competitivos, cargas de trabalho inoportáveis, condições de trabalho inadequadas e práticas laborais precárias;
- a reafirmação da necessidade de um financiamento adequado e previsível do ensino público, destinando, pelo menos, 6% do PIB para a educação;
- o apelo a uma ação governamental urgente para garantir que os professores e as suas organizações são chamados a participar no diálogo social e na negociação coletiva, e que este quadro de colaboração é o principal meio para desenvolver políticas na área da educação, do ensino e da profissão docente. Nesse sentido, o

painel recomenda a criação de comissões nacionais, integrando representantes dos sindicatos, para tratar especificamente do problema da falta de professores.

No lançamento destas recomendações, a 26 de fevereiro, António Guterres instou todos os governos, sindicatos de professores e outros parceiros a encontrarem caminhos para dar vida às recomendações nos seus países. “Tal como os professores nos apoiam a todos, é tempo de os apoiarmos a eles. Certifiquemo-nos de que têm o apoio, o reconhecimento e os recursos de que precisam para proporcionar uma educação de qualidade para todos”.

Respondendo ao repto de António Guterres, na primeira reunião realizada com a nova equipa ministerial, a FENPROF entregou um documento com as recomendações que considera mais pertinentes no contexto português e manifestou a sua disponibilidade para contribuir com propostas concretas para a sua concretização, assim como para integrar a referida comissão.

Espera-se agora do governo português que aja em conformidade com o que foi afirmado e reafirmado durante a campanha: a necessidade de valorizar e tornar atrativa a profissão.

Num país em que a falta de professores afeta já dezenas de milhares de alunos, como a FENPROF vem alertando, é tempo de ser tempo dos professores, porque a educação não pode esperar! •

Concerto pela Paz em Gondomar

No quadro da sua intensa atividade em todo o país, com destaque para as ações em defesa da paz e da solidariedade, o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) continua a realizar vários debates e iniciativas culturais, incluindo os Concertos pela Paz, como vai suceder no próximo dia 26 de maio (domingo) na cidade de Gondomar.

Participam a Associação Social de Silveirinho, o Conservatório de Música de Gondomar, Digo Carvalho, Maduro Maio e a Universidade Sénior de Tio Tinto.

O concerto está marcado para as 16h00 no auditório municipal de Gondomar. A entrada é livre.

Ainda a propósito das ações do CPPC, destaque-se a sua participação nas recentes jornadas do 1.º de Maio. Entretanto, no fecho desta edição estava tudo a postos para uma nova manifestação em Lisboa (11 de maio): “saímos à rua pela Paz no Mundo, por uma Palestina Livre e para dizer **Não à Guerra!**” | JPO •

ASSOCIAÇÃO SOCIAL DE SILVEIRINHOS
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE GONDOMAR
DIGO CARVALHO | MADURO MAIO
UNIVERSIDADE SÉNIOR DE RIO TINTO



CONCERTO PELA PAZ

26 MAIO 2024 • 16H • AUDITÓRIO MUNICIPAL DE GONDOMAR

ENTRADA LIVRE (DETALE DA APÓLONIA DA SILVA - MARÇO DE 2024)



Exposição

Salgueiro Maia, Jornalista

Até **31 de maio**, pode ser visitada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FSCH) da Universidade Nova de Lisboa a exposição Salgueiro Maia, Jornalista, com curadoria científica do Centro de Humanidades – CHAM e em organização conjunta e parceria com o Exército, contando com o apoio da Câmaras Municipais de Lisboa, Castelo de Vide e Santarém, a Junta de Freguesia das Avenidas Novas e a Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril.

Entre 1971 e 1973, nas vésperas da Revolução, Salgueiro Maia comandou, na Guiné, a Companhia de Cavalaria 3420. A exposição Salgueiro Maia, Jornalista dá conta de como o jornal de caserna “Os Progressistas”, órgão de divulgação e cultura da Companhia, equivalia a um programa de intervenção cívica, ampliado pelo pseudónimo com que Maia assinou alguns dos artigos: “O Progressista-Mor”.

Esses textos, refere a FCSH, revelam um líder norteado por motivações solidárias e altruístas, com uma prática enquadrada por valores éticos, que pensa e age como cidadão. “Vem isto a propósito da palavra cidadão, é minha intenção ao escrever estas palavras, contribuir para que ela seja vivida na plenitude, isto é, que cada um de nós seja um verdadeiro cidadão no cumprimento dos deveres e na vivência dos direitos”, diz ele, aos 28 anos, no N.º 26 dos “Progressistas”.

A exposição está patente na Casa de Vidro, no campus da Av. de Berna com textos do jornal “Os Progressistas”, fotografias e alguns objetos usados pelos soldados nessa época. ●

2.ª Convenção de Psicologia U.NORTE

Termina a **17 de maio** o prazo de inscrição na 2ª Convenção de Psicologia U.NORTE, organizada pela Escola de Psicologia da UMinho, pelo Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), destinada a professores, investigadores, estudantes de mestrado e doutoramento e estudantes de mestrado das instituições organizadoras. O evento decorrerá a 6 e 7 de junho na UTAD (Quinta de Prados, Vila Real). Está

confirmada a participação confirmada de um convidado internacional, Neil Lutsy (Kenan Professor of Psychology, Carleton College, USA), com a comunicação: “You Must Attend!” A Reevaluation of Milgram’s “Obedience” Studies. Está também contemplado no programa o 3º SimPsi (simpósio doutoral Psicologia U. Norte), destinado aos alunos do mestrado e doutoramento, sendo uma excelente oportunidade para estabelecer laços e parcerias com os colegas do Consórcio UNORTE. Todos os docentes estão igualmente convidados. ●



Concerto de abertura a 29 de maio

A sala principal do Teatro de Almada vai receber a **29 de maio**, a partir das 21h00, o concerto de abertura do prestigiado Festival de Música dos Capuchos, que neste ano de 2024 é inspirado pela(s) ideia(s) de Liberdade ao longo da História da Música e dedica este concerto inaugural a Ludwig van Beethoven.

A Quinta Sinfonia de Beethoven é uma poderosa manifestação musical que evoca a luta contra adversidades e o triunfo da liberdade, destaca a entidade promotora.

Composta essencialmente entre 1807 e 1808, teve a sua primeira apresentação pública a 22 de dezembro de 1808, em Viena, sob a batuta do próprio compositor.

Para interpretar a 5.ª Sinfonia neste concerto, estreia-se em Portugal um dos projetos orquestrais mais audaciosos surgidos nos últimos anos: a Orchestre Consuelo de Paris. Fundada em 2019 por iniciativa do maestro e violoncelista francês Victor Julien-Laferrrière, a orquestra tem como missão abordar o repertório sinfónico através da lente exigente da música de câmara, o que tem levado a vibrantes interpretações elogiadas pela crítica especializada em festivais e salas de concerto de referência, como o Théâtre des Champs-Élysées, em Paris, os Sommets Musicaux de Gstaad ou a Folle Journée de Nantes.

Após um primeiro álbum dedicado a Brahms, para a editora Mirare, o próximo projeto discográfico da Orchestre Consuelo é dedicado à gravação da integral das Sinfonias de Beethoven. O Festival dos Capuchos decorre em Almada entre 29 de maio e 21 de junho. ●

➤ **INFO** <https://festivalcapuchos.com>

Dança

Shechter, Wellenkamp e Naharin em Almada

Para o último programa da temporada, a Companhia Nacional de Bailado junta três nomes maiores da dança contemporânea: Hofesh Shechter, Vasco Wellenkamp e Ohad Naharin. A Companhia convidou Vasco Wellenkamp, uma das maiores referências da dança contemporânea portuguesa, a revisitar “Sinfonia dos Salmos”, coreografia criada para o Ballet Gulbenkian em 1992. A esta obra junta-se “Minus 16”, de Naharin, que volta a



ser dançada pela CNB e “Uprising”, de Shechter, que entra pela primeira vez para o repertório da CNB. Os espetáculos decorrerão no Teatro Municipal Joaquim Benite, em Almada, nos dias **23, 24 e 25 de maio**, às 21h00. ●



Teatro

“Casa Tomada” pela Escola da Noite, Coimbra



Está em cena até **26 de maio** a 78.ª criação d’A Escola da Noite, no Teatro da Cerca de S. Bernardo (TCSB), em Coimbra. Construído, em processo colaborativo, a partir do conto homónimo de Julio Cortázar, o novo espectáculo da companhia é uma concepção e encenação de Silvana Garcia, com interpretação de Ana Teresa Santos, Igor Lebreaud, Miguel Magalhães e Ricardo

Kalash. A cenografia e os figurinos são de de Rachel Caiano, a música original de Luís Pedro Madeira e a iluminação de Danilo Pinto.

Pensado e construído como um poema cénico, “Casa Tomada” vive de luz, som, vídeo e tempo - passado, presente e futuro. O espetáculo tem como tema a situação de refugiados em

deslocação entre casas, campos, tempos e vidas que lhes fogem das mãos num piscar de olhos. O tempo passa, mas há coisas que ficam - sacos, molduras, vozes e cheiros que os levam de volta a casa por instantes que sejam. Sessões de quinta a domingo. ●

➤ **INFO** www.aescoladanoite.pt

Ao vivo

Fado e Jazz ao mais alto nível

Cristina Branco, a fadista, e Mário Laginha, o pianista, juntam-se em palco e concretizam um interessante diálogo entre o fado e o jazz, num espetáculo que promete emoção. É urgente marcar na agenda: **3 de junho**, 21h00, Teatro Tivoli BBVA, em Lisboa. Os artistas foram convidados pela prestigiada Bigband da Rádio Frankfurt para apresentar em concerto música portuguesa com arranjos para orquestra de jazz, ficando estes à responsabilidade de Laginha e Luís Figueiredo. Neste concerto serão apresentados esses arranjos com a Orquestra de Jazz do Hot Clube de Portugal, com direção de Pedro Moreira, Mário Laginha ao piano e com a voz da Cristina Branco. Uma experiência a não perder. | **JPO** ●



Exposição

“Sequeira: estudos finais”

Está patente ao público até ao próximo dia **26 de maio**, no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, uma exposição com os quatro estudos finais do pintor Domingos Sequeira (1768-1837) para a elaboração de “Adoração dos Magos”, “Descida da Cruz”, “Ascensão” e “Juízo Final”. As obras não são exibidas ao público, em conjunto, há quase três décadas. ●

“Escrever é lutar”

O trabalho dos escritores neorealistas e o 25 de Abril inspira a exposição patente no Museu do Neo-realismo em Vila Franca de Xira até **17 de novembro**. Integrada nas comemorações municipais dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, a exposição tem curadoria de Carina Infante do Carmo e centra-se na intervenção dos escritores e intelectuais neorealistas na luta antifascista contra o regime de Salazar. “O dia maior de Abril de há 50 anos, nascido como levantamento militar e transformado em torrente popular, fez-se de muitos dias, cheios de conquistas, inquietações e confrontos, de júbilo, esperança e desilusão, e nele estiveram presentes escritores neorealistas. A Revolução apanhou-os no outono da vida, nem por isso foi menor a vibração com que vários deles nela intervieram e a pensaram” (Carina Infante do Carmo). A entrada é gratuita. ●



27º Festival de Jazz do Valado

Maio é também mês do jazz. Até dia **25**, regressa o prestigiado Festival de Valado dos Frades, freguesia do concelho da Nazaré, com concertos nas duas localidades. Tomamos de liberdade de destacar um dos momentos do festival: no dia 18, com os Mano a Mando e Rita Redshoes, às 22h00, na sala da Biblioteca de Instrução e Recreio, no Valado. | **JPO** ●

ctt

Taxa Paga
Portugal
Contrato 57768

Publicações
Periódicas

Pode abrir-se para
verificação postal
Autorizado a circular
fechado D160294023ES

ESCOLA PÚBLICA

CONQUISTA DE ABRIL



FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA



25 de ABRIL

50
anos